



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
CURSO SERVIÇO SOCIAL

Clarice da Silva

A educação popular e o Serviço Social: enlaces para atuação profissional crítica e transformadora

Florianópolis
2023

Clarice da Silva

A educação popular e o Serviço Social: enlaces para atuação profissional crítica e transformadora

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao curso de Serviço Social do Centro Socioeconômico da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharela em Serviço Social.

Orientadora: Profa. Dra. Cristiane Luiza Sabino de Souza.

Florianópolis

2023

Silva, Clarice da

A educação popular e o Serviço Social : enlaces para atuação profissional crítica e transformadora. / Clarice da Silva ; orientadora, Cristiane Luiza Sabino de Souza, 2023.

79 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Socioeconômico, Graduação em Serviço Social, Florianópolis, 2023.

Inclui referências.

1. Serviço Social. 2. Educação Popular. 4. Projeto ético político do Serviço Social. I. Souza, Cristiane Luiza Sabino de. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em Serviço Social. III. Título.

Clarice da Silva

A educação popular e o Serviço Social: enlaces para atuação profissional crítica e transformadora

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do título de Bacharel e aprovado em sua forma final pelo Curso Serviço Social.

Florianópolis, 30 de novembro de 2023.



Profa Dra Heloísa Teles
Coordenadora do Curso

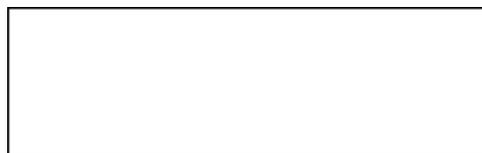
Banca examinadora



Profa. Dra. Cristiane Luiza Sabino de Souza
Orientadora



Profa. Dra. Maria Regina de Ávila Moreira
Universidade Federal de Santa Catarina



Profa. Dra. Quéli Flach Anschau
Universidade Federal de Santa Catarina



Mestranda Eduarda Salla Marcelino
Universidade Federal de Santa Catarina

Florianópolis, 2023.

Dedico este trabalho à memória de meu pai, Pedro. Ele me ensinou a ver a beleza nas coisas simples da vida. E à memória de minha avó, Laura, a mulher mais forte que já conheci, que me ensinou a olhar para dentro e buscar forças em mim. Esta conquista é dedicada a vocês, devido aos saberes, ao amor e ao afeto partilhados comigo ao longo da vida. Saudade Eterna.

AGRADECIMENTOS

Escrever uma nota de agradecimento após o período vivenciado nos últimos anos de pandemia do Covid-19 torna-se algo desafiador. Foram momentos difíceis, repletos de medo e incertezas. Muitas pessoas foram fundamentais para que eu chegasse até aqui, e algumas delas nem estão mais presentes entre nós, porém permanecerão em minha memória os momentos de afeto.

Agradeço primeiramente a Deus, ao universo e às flores que encontrei todos os dias em meu caminho, de casa para o trabalho e do trabalho para a universidade. Confesso que alegraram meus olhos e meu coração, e nos momentos mais difíceis consegui ver beleza e leveza.

Expresso minha gratidão a meu esposo Ubirajara, minha filha Sarah, minha mãe Ivanir, meu irmão Marcos e a meu falecido pai Pedro, com os quais compartilhei os dias mais difíceis e também os momentos mais felizes e alegres de toda a minha vida. À minha sogra Dalila, meu sogro Benedito, minha cunhada Vanesa e meu cunhado Ricardo, agradeço pelas discussões, trocas de saberes e risos em nossos almoços de domingos.

Aos colegas de trabalho do Centro de Saúde Armação, não consigo mencionar todos aqui, aos residentes do Serviço Social e de outras áreas do conhecimento. Suas palavras de incentivo aos estudos e a troca de saberes e conhecimento interdisciplinar contribuíram muito para o meu aprendizado ao longo desta trajetória.

Ao curso e ao departamento de Serviço Social, ao Coletivo Veias Abertas e ao Coletivo Negro Magali da Silva Almeida do Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), agradeço. Embora minha condição de classe trabalhadora tenha limitado a vivência na universidade, os momentos em que pude participar das atividades propostas nesses espaços contribuíram para meu aprendizado pessoal e profissional.

Agradeço a todas as professoras e professores, com destaque especial para minha orientadora Cris Sabino, a quem tenho profundo carinho e admiração. Essa gratidão não se restringe apenas à orientação do meu TCC, mas abrange também a valiosa troca de conhecimento em sala de aula, os ensinamentos enriquecedores e a oportunidade de aprimorar minha formação profissional durante o estágio obrigatório no projeto de extensão Práxis Antirracista. Ademais, destaco minha

admiração por seu compromisso e dedicação às causas coletivas, em especial na luta contra o racismo.

Às minhas companheiras de estágio, Maria Júlia, Sabrina e Joyce, que colaboraram para fazer dessa experiência um processo de aprendizado crítico e libertador.

Expresso minha sincera gratidão a todas as mulheres negras que cruzaram o meu caminho durante a graduação e ao longo da vida, com destaque para a minha saudosa avó Laura, as mulheres que conheci no Práxis Antirracista e as mulheres do grupo Afro do Centro de Saúde Armação, agradeço pelo acolhimento e pela inspiração que encontrei nelas.

Obrigada a todos que, de alguma forma, contribuíram para a troca de saberes e aprendizados conquistados ao longo da graduação.

A sala de aula, com todas as suas limitações, continua sendo um ambiente de possibilidades. Nesse campo de possibilidades temos a oportunidade de trabalhar pela liberdade, de exigir de nós e de nossos camaradas uma abertura da mente e do coração que nos permita encarar a realidade ao mesmo tempo em que, coletivamente, imaginamos esquemas para cruzar as fronteiras, para transgredir. Isso é a educação como prática de liberdade. (hooks, 2021, p. 273).

RESUMO

Este trabalho aborda a interseção entre o Serviço Social e a Educação Popular, na dimensão político-pedagógica intrínseca à prática profissional. A pesquisa visa aprofundar o debate sobre a necessidade de uma prática alinhada com a educação comprometida com o pensamento crítico, em conformidade com os princípios do Projeto Ético-Político do Serviço Social. O objetivo geral deste trabalho é compreender e evidenciar as contribuições da Educação Popular para o fortalecimento do Projeto Ético Político Profissional do Serviço Social. Os objetivos específicos incluem mapear e identificar os conceitos e princípios da Educação Popular no contexto do Serviço Social, explorar como a aproximação com essa perspectiva educacional pode impulsionar a construção de uma práxis profissional crítica e transformadora a partir da análise das produções teóricas na área do Serviço Social que dialogam com a Educação Popular no período de 2010 a 2022. A pesquisa bibliográfica adotou uma abordagem metodológica dialética, qualitativa e quantitativa. A pesquisa desempenhou um papel crucial ao ampliar nossa compreensão sobre a relevância da relação entre a Educação Popular e o Serviço Social, desde o processo de reconceituação até a contemporaneidade, na busca pela superação do conservadorismo na profissão e das práticas de educação bancária dentro e fora da academia, além disso a pesquisa destacou a necessidade de uma abordagem profissional alinhada às demandas éticas e políticas emergentes, em consonância com os princípios do Projeto Ético-Político da profissão, e, simultaneamente, contrapondo-se aos interesses do capital.

Palavras-chave: serviço social; educação popular; projeto ético político do serviço social.

ABSTRACT

This work addresses the intersection between Social Work and Popular Education, focusing on the intrinsic political-pedagogical dimension inherent in professional practice. The research aims to deepen the debate on the need for a practice aligned with education committed to critical thinking, in accordance with the principles of the Ethical-Political Project of Social Work. The overall objective of this work is to understand and highlight the contributions of Popular Education to strengthen the Ethical-Political Professional Project of Social Work. Specific objectives include mapping and identifying the concepts and principles of Popular Education in the context of Social Work, exploring how an approach to this educational perspective can drive the construction of a critical and transformative professional praxis by analyzing theoretical productions in the field of Social Work that engage with Popular Education from 2010 to 2022. The literature review adopted a dialectical, qualitative, and quantitative methodological approach. The research played a crucial role in expanding our understanding of the relevance of the relationship between Popular Education and Social Work, from the reconceptualization process to contemporary times, in the pursuit of overcoming conservatism in the profession and banking education practices inside and outside the academy. Furthermore, the research highlighted the need for a professional approach aligned with emerging ethical and political demands, in accordance with the principles of the Ethical-Political Project of the profession, and simultaneously countering the interests of capital.

Keywords: social work; popular education; ethical-political project of social work.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Artigos e Dissertações selecionadas da plataforma Scielo e BDTD que abordam o tema Educação Popular e Serviço Social (2010 - 2022). 24

Quadro 2 - Levantamento dos principais autores citados e dos principais temas abordados nos artigos e dissertações selecionados. 25

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ABESS – Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social
- ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
- ALAETS – Associação Latino-Americana de Escolas de Serviço Social
- BDTD – Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
- CFESS – Conselho Federal de Serviço Social
- CPCs – Centros Populares de Cultura
- DOI – Identificador de Objeto Digital
- E.P – Educação Popular
- FNB – Frente Negra Brasileira
- GEPEDUPSS – Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Popular, Serviço Social e Movimentos Sociais
- LGBTQIAP+ – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgênero, Queer, Intersexuais, Assexuais, Pansexuais e outras não listadas
- MCP – Movimento de Cultura Popular
- MEB – Movimento de Educação de Base
- MST– Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra
- P.E.P – Projeto Ético Político
- SciElo – Scientific Electronic Library Online
- TCC – Trabalho de Conclusão de Curso
- UFPB – Universidade Federal da Paraíba
- UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	16
1.1. METODOLOGIA.....	19
2. EXPLORANDO A RELAÇÃO ENTRE O SERVIÇO SOCIAL E A EDUCAÇÃO POPULAR A PARTIR DA PRODUÇÃO BIBLIOGRÁFICA DA ÁREA.....	22
2.1 AS CONTRIBUIÇÕES DA PESQUISA BIBLIOGRÁFICA PARA O DIÁLOGO ENTRE O SERVIÇO SOCIAL E A EDUCAÇÃO POPULAR.....	23
3. A EDUCAÇÃO POPULAR: FUNDAMENTOS E PRINCÍPIOS.....	31
3.1 O QUE É EDUCAÇÃO E COMO DESENVOLVE-SE NA SOCIEDADE BRASILEIRA: UMA BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO.....	33
3.2 EDUCAÇÃO POPULAR: DESAFIOS E POSSIBILIDADES.....	42
3.3 PAULO FREIRE: REFERÊNCIA PARA PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO POPULAR NO SERVIÇO SOCIAL.....	47
4. O SERVIÇO SOCIAL E A EDUCAÇÃO POPULAR: O DEBATE CONTEMPORÂNEO.....	55
4.1. A INTERSECÇÃO ENTRE O SERVIÇO SOCIAL E A EDUCAÇÃO POPULAR.....	55
4.2 O PROJETO ÉTICO POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL CONTEMPORÂNEO E A EDUCAÇÃO POPULAR.....	63
4.2.1. Projetos Societários e o Projeto Ético-Político do Serviço Social: explorando o potencial da Educação Popular no fortalecimento do horizonte crítico.....	66
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	71
REFERÊNCIAS.....	74

1. INTRODUÇÃO

Quando iniciei o processo de formação na graduação em Serviço Social, não imaginava que essa jornada me levaria novamente a considerar a elaboração de um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) voltado ao estudo de uma prática pedagógica engajada com a educação crítica e libertadora. Essa inesperada retomada ocorre após minha primeira aproximação com esse debate durante minha primeira graduação no Curso de Pedagogia, há alguns anos. Nesse sentido, o presente TCC representa um marco significativo em minha trajetória acadêmica, solidificando-se com base em inúmeras vivências, estudos, reflexões e muita dedicação.

Neste trabalho, nossa proposta é abordar um tema que considero crucial no campo do Serviço Social: a intersecção entre o Serviço Social e a Educação Popular, dada a dimensão político-pedagógica intrínseca à prática da profissão. Nossa intenção em aprofundar esse debate está alinhada com a necessidade de uma prática profissional que esteja em sintonia com a educação comprometida com o pensamento crítico, em conformidade com os princípios do Projeto Ético-Político do Serviço Social.

A escolha pelo tema da Educação Popular e do Serviço Social emerge a partir da minha trajetória como graduanda no curso de Serviço Social na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Durante o período de estágio supervisionado obrigatório, compreendido entre 2021.1 e 2022.2, tive a oportunidade de participar e me envolver ativamente no Projeto de Extensão Práxis Antirracista.

O Práxis Antirracista, enquanto projeto de extensão universitária, tem como foco principal a formação permanente, a conscientização sobre questões étnico-raciais e a promoção da luta antirracista. Durante as vivências neste espaço, concentramos nossos esforços na promoção de formação continuada para Assistentes Sociais de Santa Catarina. A partir de abordagem baseada nos princípios da extensão universitária comunicativa e dialógica, apoiada na metodologia da Educação Popular, as atividades desenvolvidas visavam estimular a reflexão crítica e a participação ativa entre os envolvidos, buscando a construção coletiva do conhecimento crítico.

A experiência no estágio desempenhou um papel fundamental na base e motivação para a pesquisa em curso. Foi nesse contexto que surgiu a percepção da necessidade de aprofundar o conhecimento na temática. Além disso, durante esse período, o contato com leituras enriquecedoras, incluindo obras de renomados autores como Paulo Freire, bell hooks, Roberta Traspadini e Moacir Gadotti, intensificou nosso interesse pelo tema. Esses escritores incitaram reflexões e questionamentos críticos, que nos levam a refletir sobre o processo de formação das (os) assistentes sociais, enfatizando a urgência de discutir uma formação que transcenda a abordagem conservadora e bancária, que ainda persiste nos diferentes níveis da educação da sociedade contemporânea.

Faz-se necessário destacar que, ao longo do meu período de estudos no curso de Serviço Social da UFSC, o tema da Educação Popular recebeu pouca atenção em sala de aula. Isso aponta para a escassez de aprofundamento sobre o assunto e revela possíveis lacunas em relação à temática no projeto pedagógico do curso de Serviço Social da UFSC.

No dia em 24 de janeiro de 2022, em comemoração ao Dia Internacional da Educação, a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) propôs uma reflexão sobre qual educação devemos defender, uma vez que este campo está em constante disputa, e não é de hoje que a educação vem sendo pensada como possibilidade crescente de lucro, onde a capacitação para venda da força de trabalho é um potencial denominador. Esse modelo de educação, que foca apenas na capacitação para o trabalho, tem impacto direto na formação acadêmica e, nesse sentido, algumas situações podem ser levantadas, como o foco excessivo na formação tecnicista, na padronização de modelos de ensino que não condizem com a realidade dos educandos e a redução do papel da educação na formação de cidadãos críticos e pensantes.

É na contramão dessa tendência, em convergência com a ABEPSS e com o Projeto Ético-Político do Serviço Social crítico amadurecido nos últimos 40 anos, que postulamos que a Educação Popular desempenha um papel crucial na formação ético-política crítica, essencial para o cotidiano dos assistentes sociais em sua prática profissional.

Entendemos que este trabalho de conclusão de curso é relevante, pois o Serviço Social, enquanto categoria que, através do seu Código de Ética, "firma

compromisso com um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero" (CFESS, 1993, p. 24), deve reafirmar o compromisso com a educação que possibilite fortalecer a consciência crítica e as diversas lutas da classe trabalhadora por melhores condições de vida na sociedade brasileira.

Para compreender como ocorre a evolução da educação brasileira e como ela se configura na sociedade atual, é necessário refletir sobre a sociedade, suas contradições, disputas, avanços e retrocessos históricos. Essa reflexão torna-se ainda mais relevante após o período de pandemia do Covid-19, quando os desafios são ampliados. Nesse contexto, é imprescindível impulsionar o incentivo à pesquisa sobre o impacto da pandemia na área da educação, especialmente no campo do Serviço Social.

O contexto de desigualdades enraizado na sociedade brasileira desde a sua formação escravista colonial até os tempos contemporâneos é exacerbado pela influência dos projetos políticos neoliberais. Essa conjuntura não apenas amplifica as diversas expressões da questão social, mas também impacta diretamente nas condições de vida da classe trabalhadora, com destaque para as mulheres e, em especial, para a população negra, indígenas e LGBTQIAP+.

Nesse contexto, percebemos que a discussão da Educação Popular, em consonância com o Serviço Social e seu Projeto Ético-Político Profissional, nos leva a refletir sobre as contradições, conflitos, avanços e retrocessos tanto no campo da Educação quanto no âmbito do Serviço Social, evidenciando a interconexão entre as áreas e a necessidade de abordá-las de maneira conjunta.

Assim, o objetivo geral deste TCC propõe compreender e evidenciar as contribuições da Educação Popular para o fortalecimento do Projeto Ético-Político Profissional do Serviço Social. Com relação aos objetivos específicos, propomos identificar os conceitos e princípios da Educação Popular abordados no campo do Serviço Social, identificar como o Serviço Social, a partir da aproximação com esta perspectiva de educação, pode fomentar a construção da práxis profissional, e identificar e analisar as produções teóricas na área do Serviço Social que fazem interlocução com a perspectiva da Educação Popular entre os anos de 2010 a 2022.

Na busca por respostas para as inquietações e questionamentos que nortearam a pesquisa, é inevitável refletirmos sobre a realidade dos tempos atuais.

É fundamental promover o diálogo e valorizar a ciência, especialmente nos últimos anos, marcados pelo golpe parlamentar que levou ao impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff, a gestão de Michel Temer (2016 - 2018) e a eleição do governo neoliberal e conservador de Jair Bolsonaro (2019 - 2022). Este último, sob uma política de extrema direita, não priorizou esses princípios e tampouco colaborou para a promoção da ciência, uma vez que desvalorizou a educação, efetivando cortes e desinvestimentos em diversas áreas do conhecimento. O governo negacionista prejudicou diretamente o avanço e a confiança nas pesquisas e evidências científicas. Nesse sentido, é preciso reagir e fortalecer o diálogo baseado na ciência, valorizando o conhecimento científico em bases sólidas.

1.1. METODOLOGIA

Entendemos que a pesquisa científica desempenha um papel fundamental na busca por desvendar realidades específicas, mas ela não é um processo acabado. De acordo com Lima e Mito (2007), a pesquisa é um processo contínuo, permanente, em constante evolução. Para realizar uma pesquisa científica, é fundamental aderir a regras e técnicas metodológicas que conferem qualidade e validade ao estudo em questão. Em outras palavras, é essencial contar com um bom método de pesquisa, pois, conforme Gil (1989), o método é "o caminho a ser percorrido para atingir um determinado objetivo" (Gil, 1989, p. 27).

Dessa forma, esta pesquisa bibliográfica de cunho exploratório adotou uma abordagem metodológica dialética, qualitativa e quantitativa. Essa escolha se justifica pelo uso recorrente desta abordagem nas ciências sociais, proporcionando a possibilidade de uma compreensão aprofundada sobre o tema em questão. De acordo com Gil (2008), "a dialética fornece as bases para uma interpretação dinâmica e totalizante da realidade, uma vez que estabelece que os fatos sociais não podem ser entendidos quando considerados isoladamente, abstraídos de suas influências políticas, econômicas, culturais etc.". (Gil, 2008, p. 14 *apud* Prodanov; Freitas, 2013, p.35).

A opção pela pesquisa quantitativa nos possibilita quantificar a produção relacionada ao tema na área do Serviço Social, conforme o recorte temporal. Já a escolha da abordagem qualitativa nos conferirá a habilidade de compreender a

complexidade e a dinâmica sociais. Conforme salientado por Minayo (2001, p. 22), a abordagem qualitativa,

[...] se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Nesse contexto, a pesquisa bibliográfica adotou uma abordagem dialética, qualitativa e quantitativa. Na etapa inicial, foram estabelecidas as plataformas digitais, as Palavras-Chave e a Delimitação Temporal como parâmetros para a condução da pesquisa. Na segunda fase, adotou-se o método proposto por Bardin (2011) para a análise de dados, que compreende as etapas de Pré-Análise, Exploração e Categorização, e Tratamento dos Resultados.

Neste TCC, apresentamos três capítulos minuciosamente estruturados, além desta introdução e conclusão, nos quais exploraremos os elementos essenciais para a compreensão aprofundada e discussão da intersecção entre a Educação Popular e o Serviço Social.

No primeiro capítulo, intitulado "Explorando a relação entre o Serviço Social e a Educação Popular a partir da produção bibliográfica da área", realizamos a exposição e interlocução com a produção bibliográfica mapeada na pesquisa exploratória, apresentando os dados dessa pesquisa e estabelecendo diálogos que serão basilares nos capítulos seguintes. Contextualizamos os resultados obtidos, fornecendo informações qualitativas e quantitativas e uma breve interpretação dos dados, destacando os principais achados da pesquisa.

No segundo capítulo, intitulado "Educação Popular: Fundamentos e Princípios", exploramos brevemente a história sobre o desenvolvimento da educação na sociedade brasileira, apresentando de forma concisa os conceitos e fundamentos da Educação e da Educação Popular no contexto brasileiro. Continuando o diálogo com as produções mapeadas, aprofundamos nosso estudo.

No terceiro capítulo, denominado "O Serviço Social e a Educação Popular: O Debate Contemporâneo", retomamos e avançamos de maneira crítica os debates já iniciados nas sessões anteriores, com foco no debate sobre a Educação Popular e o Projeto Ético Político da profissão. Apresentamos reflexões acerca do

relacionamento histórico entre o Serviço Social, Paulo Freire e a Educação Popular, estabelecendo diálogo com os materiais selecionados durante o processo da revisão de literatura e com os dados elencados na pesquisa bibliográfica.

Nas considerações finais deste trabalho, apresentamos o resultado dos estudos, que convergiram para a urgente necessidade de refletir, dialogar e engajar-se ativamente com a Educação Popular enquanto paradigma de educação. Isso implica levar o diálogo não apenas para dentro da sala de aula, mas também para além dos limites do espaço acadêmico, considerando os diversos contextos nos quais o Serviço Social se insere. Uma vez que a prática da Educação Popular está intrinsecamente vinculada à concepção de educação como um ato libertador, confrontando, assim, a naturalização da dominação, o sistema opressor, o racismo e outras formas de exploração presentes na sociedade.

2. EXPLORANDO A RELAÇÃO ENTRE O SERVIÇO SOCIAL E A EDUCAÇÃO POPULAR A PARTIR DA PRODUÇÃO BIBLIOGRÁFICA DA ÁREA

Para dar início a este capítulo, é fundamental revisitar alguns passos que precederam a análise de dados. No início da pesquisa, estabelecemos o tema da investigação, definimos o objetivo geral e traçamos os objetivos específicos, conforme mencionado anteriormente. Posteriormente, procedemos com uma breve revisão da literatura para identificar os primeiros referenciais teóricos. Nesse processo, buscamos materiais em diversos sites acadêmicos, destacando o Repositório¹ Institucional da Universidade Federal de Santa Catarina, onde percebemos que o debate entre o Serviço Social e a Educação Popular é limitado. Esse processo contribuiu para pensar na definição das palavras-chave a serem utilizadas na coleta de dados da pesquisa bibliográfica, além de fornecer uma base para revisar teorias e estudos pertinentes ao tema, preparando assim o terreno para a continuidade da investigação.

Para a busca e análise dos dados, a pesquisa bibliográfica seguiu uma metodologia composta por etapas distintas. Na primeira etapa, definimos as plataformas digitais utilizadas para a coleta de dados da pesquisa, incluindo a Scientific Electronic Library Online (SciELO) e a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD).

Em seguida, escolhemos as palavras-chave para conduzir a busca nessas plataformas, optando apenas por duas palavras: "Educação Popular" e "Serviço Social". Em seguida, delimitamos o período de busca para o intervalo de 2010 a 2022.

Na plataforma SciELO, realizamos uma busca ampla, encontramos apenas 10 artigos relevantes. Para uma avaliação qualitativa mais aprofundada, restringimos a seleção de dados, optando por escolher apenas materiais escritos ou traduzidos para a língua portuguesa.

¹ O Repositório Institucional da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) é um local onde a universidade arquiva e disponibiliza digitalmente a produção intelectual de sua comunidade acadêmica, para acesso utilize o link a seguir: <https://repositorio.ufsc.br>.

Na plataforma BDTD, a busca inicial, de natureza ampla, apresentou uma grande quantidade de dados (308 materiais), dos quais 235 eram dissertações e 75 teses. No total, 305 desses materiais estavam disponíveis em língua portuguesa.

Devido à limitação de tempo, aprimoramos nossa pesquisa, utilizando buscadores específicos para a área de Serviço Social. Ao filtrar os resultados, identificamos 16 estudos, incluindo 10 dissertações e 6 teses. No entanto, uma análise superficial dos resumos e introduções revelou que esses materiais não estavam alinhados com a proposta do TCC. Pois abordavam temas diversos, como Economia Solidária, Habitação, Saúde, Controle Social, Autogestão, Movimentos de Moradia, questões de Gênero e Identidade, Lutas Urbanas, Êxodo Rural e Assentamentos. Portanto, decidimos não incluir esses materiais em nosso estudo, já que não apresentavam uma relação direta com o foco de nossa pesquisa neste trabalho.

Insatisfeitos com os resultados anteriores na plataforma BDTD, realizamos uma nova busca, mantendo as palavras-chave e o intervalo de tempo. Refinamos a busca na plataforma BDTD, filtrando os resultados por 'assunto' e removendo o filtro específico da área do conhecimento voltada ao Serviço Social. A nova busca resultou em 5 dissertações, mas após análise inicial, apenas 1 trabalho estava alinhado com o propósito deste TCC.

Após a busca por materiais bibliográficos, o segundo estágio da pesquisa tratou da análise e organização dos dados, conforme veremos a seguir.

2.1 AS CONTRIBUIÇÕES DA PESQUISA BIBLIOGRÁFICA PARA O DIÁLOGO ENTRE O SERVIÇO SOCIAL E A EDUCAÇÃO POPULAR

Para conduzir a análise quanti-qualitativa dos dados coletados, com o objetivo de identificar as principais temas e referenciais teóricos presentes nos artigos e dissertações selecionados, optamos por adotar a técnica de análise de conteúdo, conforme preconizada por Bardin (2011), a qual se desdobra em três etapas distintas: 1) pré-análise; 2) exploração do material, categorização e codificação; 3) tratamento dos resultados, inferências e interpretações (Sousa; Santos, 2020, p. 1400).

Na primeira etapa, a pré-análise, organizamos e preparamos os dados coletados para iniciar a análise posteriormente. Durante essa fase, realizamos a leitura para nos familiarizarmos com o material, um passo crucial para estabelecer uma base sólida para o processo de análise de conteúdo.

Na etapa seguinte, iniciamos a exploração e categorização dos dados coletados em quadros, nos quais organizamos as informações necessárias para a identificação e classificação das obras. Essas informações incluem o título dos artigos, os nomes dos autores, o ano de publicação, o tipo de periódico e a instituição à qual estão vinculados. Além disso, registramos as principais palavras-chave identificadas e localizamos o Identificador de Objeto Digital (DOI).

Durante esses processos, identificamos que parte das fontes coletadas na fase anterior não se relacionavam diretamente com os objetivos de nossa pesquisa. Elas abordavam temas e assuntos diversos, estabelecendo uma interlocução com a educação popular e/ou com o serviço social de forma transversal. Esse processo nos permitiu refinar ainda mais o material coletado, levando-nos a escolher os documentos que seriam explorados em maior detalhe.

Dando continuidade ao processo, consideramos que a técnica de análise de conteúdo, conforme preconizada por Bardin (2011), foi fundamental para consolidar a análise de dados da pesquisa, tanto para análise quantitativa, qualitativa e para a interpretação dos dados coletados.

Sob perspectiva de Minayo (2010), a pesquisa qualitativa “proporciona a construção e/ou revisão de novas abordagens, conceitos e categorias referente ao fenômeno estudado de uma sociedade, tendo-se respeito pela diversidade existente”. (Minayo, 2010 *apud* Sousa; Santos 2020, p. 1399), seguimos neste capítulo realizando a sistematização e a interpretação dos resultados encontrados no processo da pesquisa bibliográfica. Como indicado, a análise de conteúdo passou por processo de pré-análise, de exploração do material, categorização e em seguida foi realizada a interpretação dos resultados e inferências.

Nesse estágio final das análises, entre os 10 artigos inicialmente selecionados na plataforma SciELO, apenas 3 foram escolhidos para uma análise mais aprofundada. Na plataforma BDTD, durante o mesmo processo de busca e análise preliminar dos dados, encontramos um total de 5 dissertações, das quais apenas 1 estava diretamente relacionada ao tema abordado nesta pesquisa. Os

demais materiais em ambas as plataformas tratavam da educação popular e/ou do serviço social de forma tangencial ou transversal, não contribuindo diretamente para o foco da pesquisa.

No quadro a seguir, destacamos os materiais selecionados para o estudo desta pesquisa bibliográfica em ambas as plataformas (SciELO e BDTD), com foco nos temas da Educação Popular e do Serviço Social. Como mencionado anteriormente, após uma análise detalhada dos dados, procedemos à organização dos materiais em quadros, apresentando a categorização de acordo com os campos "Tipo de Produção", "Título," "Ano," "Periódico" e "DOI." Além disso, identificamos as palavras-chave e os temas mais recorrentes nos materiais analisados.

Quadro 1 – Artigos e Dissertações selecionadas da plataforma Scielo e BDTD que abordam o tema Educação Popular e Serviço Social (2010 - 2022)

Biblioteca Digital	Tipo de produção	Títulos	Ano	Periódico	DOI
SciElo	Artigo	Paulo Freire e a educação popular na história do Serviço Social brasileiro (1980-2010)	2019	Revista Serviço Social e Sociedade	https://doi.org/10.1590/0101-6628.166
		Diálogos entre Serviço Social e educação popular: reflexão baseada em uma experiência científico-popular	2013	Revista Serviço Social e Sociedade	https://doi.org/10.1590/S0101-6628201300200010
		Serviço Social e educação popular: diálogos possíveis a partir de uma perspectiva crítica	2012	Revista Serviço Social e Sociedade	https://doi.org/10.1590/S0101-6628201200100009
BDTD	Dissertação	O debate da educação popular na revista Serviço Social & Sociedade (1979-2021)	2022	Repositório Institucional da UFPB	https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/25265

Fonte: Elaboração própria, 2023.

Quadro 2 – Levantamento dos principais autores citados e dos principais temas abordados nos artigos e dissertações selecionados

Título da Obra	Principais autores citados	Temas principais debatidos
Paulo Freire e a educação popular na história do Serviço Social brasileiro (1980-2010)	José Paulo Netto; Marilda Villela Iamamoto; Graziela Scheffer; Ana Maria Araújo Freire; Paulo Freire; Aline Maria Batista Machado.	Serviço Social; Movimento de Reconceituação do Serviço Social; Aproximação do Serviço Social com as ideias de Paulo Freire; Educação Popular e Método Paulo Freire; Práxis.

Diálogos entre Serviço Social e educação popular: reflexão baseada em uma experiência científico-popular	Maria Carmelita Yazbek; José Paulo Netto; Marilda Villela Iamamoto; Aline Maria Batista Machado; Paulo Freire.	Serviço Social; Educação Popular; Paulo Freire; Extensão Universitária; Organização e Participação Popular; Método de Paulo Freire; Educação Popular em Saúde; Projeto Ético-Político Profissional; Equipe de Multiprofissionais; Educação Permanente.
Serviço Social e educação popular: diálogos possíveis a partir de uma perspectiva crítica	José Paulo Netto; Marilda Villela Iamamoto; Marco Aurélio Nogueira; Moacir Gadotti; Antonio Gramsci; Karl Marx; Adolfo Vásquez; Aline Maria Batista Machado.	Formação e prática profissional; Mobilização social; Projeto Ético-Político; Educação Popular; Paulo Freire; Metodologias Dialógicas; Participação Ativa; Luta Coletiva; Emancipação humana; Classe Oprimida, Transformação Social, Desafios Contemporâneos.
O debate da educação popular na revista Serviço Social & Sociedade (1979-2021)	Melo Neto; Carlos Rodrigues Brandão; Raiane Assunção; Afonso Torres Carrillo; Lucia Conde De Oliveira; Paulo Freire; Aline Maria Batista Machado.	Serviço Social; Educação Popular; Práxis; Diálogo; Paulo Freire, Revista Serviço Social & Sociedade, a dimensão educativa do Serviço Social, Projeto Ético-político do Serviço Social

Fonte: Elaboração Própria, 2023.

Na tabela acima, estão elencados os principais autores e estudiosos citados nos materiais analisados. Identificamos também os principais temas abordados nas obras selecionadas. É perceptível que algumas tendências na discussão se destacam, como o tema da “aproximação do Serviço Social com a Educação Popular”, o “processo histórico da profissão”, resgatando o debate do “período de reconceituação e de ruptura com o Serviço Social tradicional”, o “método Paulo Freire e seu processo dialógico”, o “Projeto Ético Político do Serviço Social” e outros temas previamente abordados nos capítulos seguintes. A seguir, apresentaremos uma breve síntese das discussões nas obras analisadas.

Na obra de Aline Maria Batista Machado, Andrêsa Melo da Silva e Graziela Mônica Pereira Tolentino, intitulada, “Paulo Freire e a educação popular na história do Serviço Social brasileiro (1980-2010)” (2019), as autoras apresentam o levantamento feito de produções teóricas brasileiras no recorte temporal de 1980-2010, que articulam as temáticas educação popular e Serviço Social, observando diversos fatores. Neste trabalho destacam aspectos relevantes relacionados com o legado de Paulo Freire na área de Serviço Social e ressaltam a importância do pensamento de Freire e da Educação Popular para a profissão de Serviço Social na contemporaneidade. Em sua pesquisa, Machado *et.al* (2019) apresenta dados da predominância de produções teóricas realizadas por mulheres

no recorte de tempo a partir do ano 2000, observam a concentração de produção teórica presente na cidade de São Paulo e pela editora Cortez revelando a concentração geográfica e editorial desse campo de estudo.

Machado *et al.* (2019) cita os autores como Scheffer, Gomes e Iamamoto para ressaltar a importância e o legado de Freire, destacam que sua obra continua a provocar aqueles que buscam pela transformação da sociedade, promovendo a consciência crítica e que nesse sentido a metodologia da educação popular, com seu enfoque na conscientização, diálogo, práxis e participação, emerge como um meio fundamental para alcançar esse objetivo, impulsionando a práxis social.

Machado *et al.* (2019), destaca ainda a relevância de estudos sobre Freire e seu método na formação e atuação dos assistentes sociais. Cita, ainda, autores como José Paulo Netto, trazendo aspectos históricos da profissão, como período de reconceitualização e sobre o ecletismo teórico na profissão. Cita também Marilda Villela Iamamoto, quanto a necessidade de assistentes sociais possuírem um conhecimento aprofundado dos processos sociais, com vista à promoção do pensamento e da consciência crítica e da conscientização política. Por fim, enfatiza que a Educação Popular, que pauta os princípios do diálogo, conscientização, participação, da práxis é fundamental promoção do protagonismo dos sujeitos sociais e transformação social.

O segundo artigo, com título “Diálogos entre Serviço Social e educação popular: reflexão baseada em uma experiência científico-popular” de Lucia Conde de Oliveira, Sâmia Barros Vieira, Hevelanya Albano de Sousa, Maria Sônia Lima Nogueira, Célia Maria Machado de Brito, e Isabelle Rocha Fernandes, todas vinculadas à Universidade Estadual do Ceará/Fortaleza, apresenta uma reflexão sobre a contribuição da educação popular para a formação e para o cotidiano dos assistentes sociais. As reflexões têm como base a experiência de extensão universitária popular vivenciada no campo da saúde. As autoras (Oliveira *et al.*, 2013) destacam a importância da utilização da educação popular freiriana no “fortalecimento das dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa do exercício profissional do serviço social, com vistas a reafirmar o saber popular, respeitar a autonomia dos sujeitos e construir com eles alternativas de intervenção”.(Oliveira *et al.*, 2013, p. 381).

As autoras ressaltam a necessidade de superar a abordagem tradicional e bancária na extensão universitária, a qual se concentra em fornecer serviços ou assistências pontuais às comunidades, sem reconhecer o conhecimento próprio e o potencial transformador dessas comunidades. Destacam a importância de uma universidade que valorize a Interdisciplinaridade, observando que a estrutura universitária muitas vezes é organizada em disciplinas isoladas, o que prejudica a colaboração entre diferentes áreas do conhecimento.

Outro ponto elencado no artigo de Oliveira, (et.al; 2013), aborda a atuação do Serviço Social na área da saúde e sua integração com a educação popular, dando ênfase à falta de representação e diálogo sobre esse tema no Serviço Social, apesar das afinidades políticas e ideológicas. Além disso, destaca que, para uma educação transformadora, é crucial perceber que os indivíduos nas comunidades podem se tornar agentes ativos de sua própria transformação.

No terceiro artigo intitulado "Serviço Social e Educação Popular: Diálogos Possíveis a Partir de uma Perspectiva Crítica", de autoria de Aline Maria Batista Machado (2012) a autora destaca que o objetivo principal do texto é a discussão sobre a educação popular, tanto como tema quanto como uma estratégia de ação importante para o trabalho e a formação profissional do assistente social. Ela ressaltava que a educação popular não aparece frequentemente no debate teórico-profissional, mas está intrinsecamente presente no trabalho de campo desses profissionais. Destaca que esse paradigma educativo busca contribuir para o processo de conscientização e mobilização dos sujeitos sociais, sendo relevante para a profissão, mesmo que não seja destacado de maneira proeminente nas discussões teóricas contemporâneas.

Machado (2012) traz reflexões sobre o cotidiano profissional e a necessidade de promover a organização e mobilização popular de forma democrática, não impondo projetos sem consultar os envolvidos e suas reais necessidades. Ela aponta que a Educação Popular é fundamental para a formação de assistentes sociais, pois por meio dela é possível

"[...] uma prática mais dialógica, democrática, que impulsiona processos de conscientização, organização, participação e mobilização, levando-se em conta o saber popular, a autonomia e a diversidade cultural" (Machado. 2012, p.161). Contudo, afirma ainda que "assim como o Serviço Social, não

existe uma receita pronta e acabada para a prática em educação popular” (Machado, 2012, p.160).

Segundo Machado (2012) a educação, entendida aqui como “uma forma de intervenção no mundo” (Freire, 2005, p. 98 *apud* Machado 2012. p.166), sendo que, para autora os elementos essenciais para conduzir ações de educação popular são práxis, a conscientização, o diálogo, o conhecimento popular, a hegemonia e a participação. Assim,

Compreendemos que é fundamental uma prática pedagógica que estimule o processo de conscientização, e não de alienação. Daí nos acostarmos na ideia de Freire (2001) de que é preciso fazer da conscientização o primeiro objetivo da educação, provocando uma atitude crítica, de reflexão, que comprometa a ação, sem submeter, domesticar, adaptar o ser humano, sem ajustá-lo à sociedade, e, sim, promovendo-o em sua própria linha de raciocínio. (Machado, 2012. p.166).

Destaca ainda que, esse paradigma educativo contribui com a dimensão educativa da profissão, uma vez que é preciso formar profissionais assistentes sociais para uma atuação que se posicione contra a hegemonia da classe dominante, com vista ao fomento do processo de conscientização e mobilização dos sujeitos sociais, de acordo com Projeto Ético Político Profissional.

A quarta e última produção teórica analisada durante a pesquisa bibliográfica foi a dissertação de mestrado de Vanessa Santana Soares, intitulada "O debate da educação popular na revista Serviço Social & Sociedade (1979-2021)" orientada por Aline Maria Batista Machado. Essa pesquisa aprofunda a discussão sobre a relação entre o Serviço Social e a Educação Popular, com foco na análise da produção de conhecimento sobre Educação Popular na Revista Serviço Social & Sociedade de 1979 a 2021. Dentre outros objetivos específicos, a pesquisa busca identificar as produções teóricas, compreender a aproximação e avaliar as relações entre esses elementos da Educação Popular e o Projeto ético-político do Serviço Social, além de buscar compreender as contribuições para a dimensão educativa do Serviço Social.

Soares (2022) destaca que a motivação para essa pesquisa reside nas preocupações sobre o papel da Educação Popular no contexto do Serviço Social diante dos desafios enfrentados pela profissão em meio a mudanças sociais, políticas e ao avanço do conservadorismo. Conforme destaca, a pesquisa adotou uma abordagem quanti-qualitativa e empregou o materialismo histórico-dialético

como método de análise. Foram analisadas 142 edições da revista, das quais apenas 10 abordaram a Educação Popular, resultando em 12 artigos. Os resultados destacam a predominância de artigos da década de 1980, uma orientação crítica em relação ao referencial teórico, e a identificação de 19 elementos da Educação Popular presentes nos artigos, alinhados com o Projeto Ético-Político do Serviço Social e oferecendo contribuições para a dimensão educativa da profissão.

A pesquisa realizada por Soares (2022) ressalta que a produção teórica sobre o tema ainda é limitada, reforçando a importância de fomentar esse debate para a profissão de Serviço Social. A autora destaca, ainda, que, dentre os artigos analisados no período de 1979 a 2021, apenas os produzidos a partir da década de 2010 abordam de forma explícita a contribuição da Educação Popular para o Projeto Ético-Político do Serviço Social nas três principais dimensões da prática profissional, ou seja, na dimensão teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa. Isso sugere que, embora existam afinidades entre a Educação Popular e o Projeto Ético-Político do Serviço Social, essas conexões podem não estar sendo totalmente exploradas ou reconhecidas em todas as produções acadêmicas examinadas.

Na dissertação de Soares (2022), damos destaque ao capítulo três, que dialoga com a proposta deste TCC. Neste capítulo, a autora dedica-se a estabelecer um resgate histórico entre Educação Popular e Serviço Social, falando sobre a interlocução entre o Serviço Social e a Educação Popular a partir do Movimento de Reconceitualização Latino-americano, trazendo elementos em comum nos artigos mencionados anteriormente, como a influência da Educação Popular no Método de Belo Horizonte, ou método BH, e na intenção de ruptura. Outro ponto central que a autora traz para reflexão é a proposta de retomar o diálogo do Projeto Ético-político do Serviço Social com a Educação Popular. Por fim, aborda as contribuições da Educação Popular para a dimensão educativa do Serviço Social.

Durante a análise e interpretação das produções teóricas, notamos que dois materiais apresentam a mesma autoria, enquanto um terceiro tem a Doutora em Educação e Mestre em Serviço Social, Aline Maria Batista Machado, atuando como orientadora. Aline Machado, é professora na Universidade Federal da Paraíba (UFPB) no Curso de Serviço Social e desde 2010, ela coordena o Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Popular, Serviço Social e Movimentos Sociais (GEPEDUPSS). Grande parte dos materiais analisados nesta pesquisa também

fazem referência à autora Aline Maria Batista Machado nos estudos relacionados ao tema da Educação Popular e do Serviço Social. A presença de citações e destaque da autora em grande parte dos materiais ressalta sua influência e reconhecimento no debate sobre a Educação Popular e o Serviço Social brasileiro.

Nossa pesquisa foi breve em comparação com o estudo conduzido pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Popular, Serviço Social e Movimentos Sociais em João Pessoa-PB. Esse grupo realizou uma investigação minuciosa sobre a produção teórica relacionada à temática da Educação Popular e do Serviço Social, abrangendo "sete anos de pesquisa e um recorte temporal de três décadas" (Machado et al., 2019, p. 80). A limitação em nosso trabalho decorreu das restrições temporais e de recursos inerentes à elaboração de um trabalho de conclusão de curso, considerando, ainda, a condição de ser estudante pertencente à classe trabalhadora.

No próximo capítulo, pretendemos estabelecer conexões com as produções mapeadas até o momento, buscando um diálogo fundamentado nos estudos já identificados sobre a relação entre o Serviço Social e a Educação Popular.

3. A EDUCAÇÃO POPULAR: FUNDAMENTOS E PRINCÍPIOS

Antes de adentrarmos no debate sobre a Educação Popular, é fundamental que compreendamos o que é a educação e como ela se desenvolveu ao longo da história até a contemporaneidade. Durante a presente pesquisa, ficou evidente que a educação é um fenômeno complexo, desprovido de uma única fórmula universal. Ela assume diversas configurações, podendo ser influenciada por diferentes culturas, filosofias, princípios e valores que permeiam as sociedades ao redor do mundo.

Inserido no contexto da formação acadêmica em Serviço Social, o debate sobre esta temática torna-se fundamental, uma vez que as práticas educativas estão presentes em diferentes dimensões da vida social e profissional. Vivendo em sociedade, educamos e somos educados, influenciando uns aos outros na construção de novos saberes. Estamos sempre aprendendo e ensinando, construindo e desconstruindo conhecimentos em um processo mútuo e contínuo.

bell hooks (2017), uma autora com importantes contribuições para a reflexão acerca da educação e da necessidade de transformar o mundo, nos diz que a

“Educação como prática de liberdade é um jeito de ensinar que qualquer um pode aprender” (hooks, 2017, p. 25). Para a autora, “a educação está numa crise grave [...] não poderemos enfrentar a crise se os pensadores críticos e os críticos sociais progressistas agirem como se o ensino não fosse um objeto digno de sua consideração.” (hooks. 2017, p. 23).

Assim, torna-se imperativo realizar uma análise profunda e estimular pesquisas críticas na área da educação, levando em consideração a realidade social e as particularidades da população oprimida, explorada e marginalizada. Essa população, por sua vez, representa em grande parte o público atendido no cotidiano dos profissionais assistentes sociais.

Olhando para o contexto atual do Brasil, identificamos, por exemplo com base nos dados mais recentes disponíveis no site Educa IBGE (2019), e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua² (PNAD Contínua) de 2019, que a taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais foi estimada em 6,6%, o que significa que havia cerca de 11 milhões de analfabetos nessa faixa etária no país. A região do Nordeste apresentou a maior taxa de analfabetismo, com 13,9% das pessoas de 15 anos ou mais eram analfabetas. Nesta mesma pesquisa destaca-se que a taxa de analfabetismo para os homens de 15 anos ou mais de idade foi 6,9% e para as mulheres, 6,3%. Além disso, a pesquisa demonstra a discrepância na taxa de analfabetismo entre pessoas pretas ou pardas e brancas, sendo que a taxa de analfabetismo de pessoas pretas ou pardas é de 8,9%, enquanto a taxa de analfabetismo de pessoas brancas é de 3,6%, mais do que o dobro de diferença se compararmos os dados.

Esses dados apontam para a confirmação da existência de múltiplas desigualdades sociais no Brasil, uma vez que a taxa de analfabetismo é mensurada por região, cor/raça e sexo, evidenciando as barreiras que determinados grupos têm enfrentado em termos de acesso à educação. Nesse sentido, considerando a trajetória histórica da educação no Brasil, Souza e Traspadini (2020, p. 98) apontam que:

² PNAD Contínua - versão atualizada no ano de 2016, visa realizar pesquisa ampliada em todo o território nacional, sendo um instrumento importante para formulação, validação e avaliação de políticas para o desenvolvimento socioeconômico da população e a melhoria das condições de vida no País.

A exclusão da maioria, inerente ao projeto de desenvolvimento da Nação de poucos à custa do trabalho superexplorado de muitos (as), reflete-se no sistema educacional, que, para existir, dentro da lógica da propriedade privada, deixa de fora ampla parcela da classe trabalhadora – em particular, negros/as, pobres, camponeses/as e indígenas.

Portanto, é preciso levar em consideração os aspectos estruturais em sua totalidade, o desenvolvimento do país frequentemente em benefício de poucos, leva à exclusão de muitos no acesso à educação. E os pilares que sustentam e corroboram para o diagnóstico atual perpassam por categorias fundamentais como raça, gênero, classe social, trabalho, dentre outras.

Tomando a história recente do País, com a Constituição Federal de 1988 a educação passou a ser um direito fundamental, assim como a saúde, a moradia e a alimentação também passaram a ser direitos sociais. Mas é no fazer do cotidiano profissional que os assistentes sociais, conferem que nem sempre esses direitos são plenamente garantidos.

Sabemos que existem desafios e obstáculos que podem limitar o acesso e a efetivação desses direitos, mas seguindo os princípios fundamentais do Código de Ética enquanto instrumento norteia o trabalho do assistente social, é necessário dentre outros “defender a garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras”. (CFESS, 1993, p. 23). Nesse sentido, a educação deve ser considerada como importante aliada na luta pela melhoria das condições de vida da população oprimida, uma vez que pode contribuir para promover a consciência de classe e política. Assim, como afirmou Reis (2011, p. 76), “a educação seria um meio para a emancipação”.

3.1 O QUE É EDUCAÇÃO E COMO DESENVOLVE-SE NA SOCIEDADE BRASILEIRA: UMA BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO

Propor o estudo sobre a educação requer empenho em analisar sua história e desenvolvimento ao longo dos tempos. Santos e Gonçalves (2012, p. 1) nos conduzem a refletir sobre a história da educação desde o seu início, quando

[...] nas sociedades primitivas e tribais, nas quais já se verificam práticas de ensino e orientação para os indivíduos. Como teoria pedagógica, propriamente dita, a educação surgiu na sociedade grega, tendo como

principais representantes os filósofos e os sofistas. Ao longo de sua história, o desenvolvimento da educação e seus objetivos sempre estiveram condicionados às necessidades econômicas, políticas e sociais de cada civilização em cada época.

Quando falamos de Educação na atualidade, a escola enquanto estrutura de ensino é uma das primeiras referências que vem à mente, embora a escola seja uma instituição moderna, o ato de educar vai além deste espaço formal e institucional.

Com o passar do tempo, a sociedade e a educação evoluíram, alcançando resultados notáveis e avanços na área das ciências da educação e nas metodologias de ensino. Anteriormente, a educação estava “enraizada na sociedade de classes escravista e destinada a uma pequena minoria e tinha como foco o desenvolvimento individual”. (Gadotti, 2000, p. 4). Além disso, conforme Gadotti (2000, p. 4),

A educação, no século XX, tornou-se permanente e social. É verdade, existem ainda muitos desníveis entre regiões e países, entre o Norte e o Sul, entre países periféricos e hegemônicos, entre países globalizadores e globalizados. Entretanto, há ideias universalmente difundidas, entre elas a de que não há idade para se educar, de que a educação se estende pela vida e que ela não é neutra.

Dessa forma, refletir as perspectivas atuais da educação, possibilita analisar ideias, valores e práticas educacionais que moldaram o passado, e que podem apontar novas possibilidades para o futuro.

Nas palavras de Brandão (2013, p. 7) “ninguém escapa da educação. Em casa, na rua, na igreja ou na escola, de um modo ou de muitos todos nós envolvemos pedaços da vida com ela: para aprender, para ensinar, para aprender e ensinar”. Ainda para o autor, “não há uma forma única nem um único modelo de educação e a escola não seria o único lugar onde ela acontece”. (Brandão, 2013, p. 9).

Nesse sentido, compreendemos que a educação não se limita somente a um único modelo ou processo de ensino/aprendizagem, tampouco deve ser centrado em uma única escola, a educação se difere conforme mudam as sociedades, grupos ou tribos em determinado períodos da história. A educação é, assim:

[...] o resultado da consciência viva dum norma que rege uma comunidade humana, quer se trate da família, dum classe ou dum profissão, quer se trate dum agregado mais vasto, como um grupo étnico ou um Estado. Como outras práticas sociais constitutivas, a educação atua sobre a vida e o crescimento da sociedade em dois sentidos: 1º) no desenvolvimento de suas forças produtivas; 2º) no desenvolvimento de seus valores culturais. (Brandão, 2013, p. 28).

Muitos pensadores trouxeram contribuições e atualizaram as concepções sobre educação ao longo dos séculos, Reis (2011) destaca que para o pensador Antonio Gramsci “educação expressaria um projeto político cuja meta fundamental consistiria em elevar a formação das massas do nível de senso comum ao da consciência crítica ou filosófica” (Reis, 2011, p. 87), dessa forma a educação seria um instrumento a favor da transformação da sociedade.

Segundo Reis (2011) aponta, o tema da Educação não foi o foco central nas obras de Marx, porém em sua conhecida produção o “Manifesto Comunista”, destaca que, “a educação tem papel fundamental no momento de se elaborar qualquer projeto de superação das relações sociais burguesas”. (REIS, 2011, p.75). Nesse sentido, Reis (2011, p. 75) destaca que:

De fato, quando Marx observou o tipo de educação que era dada aos filhos dos trabalhadores, constatou que a sua utilização com fins de subjugação e dominação. Para Marx, no sistema capitalista, a educação tem como objetivo disseminar a ideologia burguesa com intuito de desenvolver no trabalhador o modo burguês de ver o mundo, ou seja, de aliená-lo. Entretanto, como compreende que ela é fundamental, propõe arrancá-la das mãos burguesas para conduzi-la a um ponto de vista revolucionário.

Assim sendo, a educação é capaz formar indivíduos, de produzir crenças, ideais, cultura e de estabelecer relações de poder, ela pode educar para libertar ou educar para alienar. A Educação tem um papel fundamental na formação dos indivíduos para formação de cidadãos conscientes e críticos, para Freire (1991, p. 2), “a educação é um ato político”, nesse sentido, “não há prática educativa indiferente a valores. Ela não pode ser indiferente a um certo projeto, desejo ou sonho de sociedade”. (Freire, 1991, p. 20.).

Concordamos com Freire (1991) quando afirma que não há uma educação neutra; esta será sempre influenciada por valores, crenças, culturas e pela posição política dos indivíduos envolvidos. Portanto, é imperativo considerar o contexto sócio histórico em que esses indivíduos em processo de formação estão inseridos.

Refletir sobre a "educação como ato político" implica examinar o percurso histórico que o Brasil tem trilhado desde os tempos da colonização e a importância da educação na formação da sociedade brasileira até os dias atuais. Isso requer uma análise crítica das conexões entre o desenvolvimento do país e a evolução do sistema educacional desde os tempos coloniais. No entanto, devido ao espaço limitado deste trabalho, abordaremos esse assunto de maneira concisa.

Durante o período Colonial no Brasil a educação esteve sob, “[...] responsabilidade dos jesuítas, os quais iniciaram o processo de criação de escolas elementares, secundárias, seminários e missões logo após sua chegada no ano de 1549. Estes permaneceram no controle educacional até o ano de 1759 [...]” (Santos; Gonçalves, 2012, p. 14) facilitando o movimento do colonizador.

A atuação dos Jesuítas na educação do Brasil teve um caráter “civilizador”, se é que podemos chamar de civilizados os que massacraram os povos que aqui já existiam, trazendo a imposição de um novo idioma, os valores ocidentais como a cristianização, evidenciando a desvalorização das culturas indígenas aqui já existentes, bem como dos africanos escravizados. Mais tarde com a expulsão dos jesuítas 1759, com ensino passando a ser de responsabilidade da Coroa, somente homens livres e possuidores de renda poderiam ter acesso à educação, aos negros “livres” restavam a educação ofertada em Irmandades e organizações e movimentos negros existentes.

Conforme Souza e Traspadini (2020, p. 101), “o Brasil Colonial e sua perversa condicionalidade escravista e oligárquica, assentada no monocultivo, forjou-se a produção político-econômica de uma independência formal de Portugal, sem destruir as raízes estruturais do colonialismo e do racismo”. No Período Imperial (1822-1889), “crescem as contradições sociais e políticas de um país cuja economia consolida o modelo agrário-comercial e desenvolve as primeiras tentativas de industrialização”. (Santos; Gonçalves, 2012, p. 14).

A primeira Lei de Educação do Brasil, data de 1827, em seguida no ano de 1837, foi sancionada uma lei que proibia que pessoas negras frequentassem a escola. Nesta Lei, declarava que eram, “proibidos de frequentar as escolas públicas, primeiro nas pessoas que padecem de moléstias contagiosas e segundo: os escravos e os pretos africanos, ainda que sejam livres ou libertos” (CFESS, 2020, p. 58).

Assim, compreendemos que a educação indissociável do período político, econômico e sócio histórico em que foi vivenciada, fundamenta uma estrutura racista, que promoveu a ascensão de uma minoria privilegiada à custa da opressão e exploração de uma expressiva parcela da população escravizada. Santos e Gonçalves (2012, p. 14) vão afirmar ainda que, nesse momento da história brasileira, “mantém-se, assim, o privilégio de classe, valorizando o ensino superior em detrimento dos demais níveis, sobretudo o elementar e o técnico”.

A persistência do racismo estrutural³, forja a estrutura para as diversas expressões da questão social⁴, a crescente onda de desigualdades sociais é notável ao longo dos tempos, sendo preciso destacar que em pleno século XXI, cresceram denúncias relativas à exploração do trabalho e a condições de trabalho em regime análogo à escravidão⁵, evidenciando o crescimento e ascensão econômica de uma minoria (a classe burguesa) às custas da classe trabalhadora. Tal realidade é reflexo do projeto de sociedade vigente, que produz e reproduz de maneira sistemática as desigualdades inerentes ao sistema capitalista.

Nesta perspectiva, quando nos debruçamos a refletir sobre os aspectos históricos da educação, buscando compreender as conjunturas numa perspectiva de totalidade, onde vemos que as transformações sociais ainda se delimitam entre os poucos que detêm um grande capital e a classe de “trabalhadores/as, os/as “sem escola”, “sem título” e com trabalho superexplorado. ” (Souza; Transpadini, 2020 p.101).

A educação no Brasil Imperial teve como marco a fundação das escolas de primeiras letras e um projeto “civilizador”, a escola seria capaz de formar um homem disciplinado e ordeiro. Mas foi somente no Brasil República que aconteceram grandes movimentos sociais e políticos no campo educacional. Conforme Unglaub e

³ O Racismo estrutural é entendido e citado aqui como uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, o modo como se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social, ou um desarranjo institucional. O racismo é estrutural. (Almeida, 2021, p. 50).

⁴ O conceito da Questão Social é utilizado para designar, na divisão sociotécnica do trabalho, a razão de ser da profissão. Ao mesmo tempo, é entendido como objeto de trabalho (Iamamoto, 2001: 2008 *apud* Souza; Teles, 2021, p. 45).

⁵ Em matéria no site do Ministério do Trabalho e da Previdência Social de 24 de janeiro de 2023, somente no ano de 2022 registrou-se o resgate de 2.575 trabalhadores de trabalho análogo ao de escravo. No início do ano de 2023, já se somam 523 vítimas de trabalho análogo à escravidão resgatados. C.f. *Inspeção do Trabalho resgatou 2.575 trabalhadores de trabalho análogo ao de escravo em 2022*.

Cubas (2011, p. 51) “o país que saiu do modelo escravista ingressou a passos lentos no processo de construção de uma sociedade urbano-industrial, marcada pela oligarquia de coronéis e cafeicultores”. Ainda segundo as autoras (Unglaub; Cubas, 2011, p. 51)

A primeira República carregava o peso de uma massa analfabeta de 82,63% da população sendo que a maioria dos analfabetos formada por negros recém libertos da escravidão. O Negro e seus descendentes continuavam estigmatizados e excluídos do processo educacional. Eles não tinham acesso à escolaridade e nem direito mínimo de voto, obstáculo presente na Constituição Imperial pela exigência de renda e alfabetização. E, na Constituição Republicana pela necessidade de domínio das primeiras letras.

A Primeira República detinha um consenso por parte dos governantes quanto à Educação, que deveria ser o meio para alcançar o “progresso, ordem, civilização e modernidade” (Unglaub; Cubas, 2011, p. 52). Neste momento da história a população pobre era considerada uma ameaça, pois poderiam “oferecer problemas à nova organização do trabalho e a manutenção da ordem pública, [...] quase todos os pobres eram escravos libertos e imigrantes pobres”. (Unglaub; Cubas, 2011, p. 52).

A educação na Primeira República aliada a construção de uma nova sociedade urbano-industrial detinha o grande desafio de:

Formar uma nova nação, construir a República e moldar com essa nova população uma realidade diferente do regime deposto. Portanto, caberia aos educadores despertar nas crianças e jovens, o sentimento pela prática do civismo, difusão da cidadania e o aprimoramento da força de trabalho. (Unglaub; Cubas, 2011, p. 52).

Santos e Gonçalves (2012, p. 15) destacam que “um fator positivo desta época foi a expansão considerável do ensino por meio da ampliação da oferta de escolarização”.

Na Segunda República (1930-1964) o destaque se dá com projetos de renovação do ensino público. Nesse período, as ideias de Paulo Freire ganham importância “[...] sendo que sua contribuição não se situa apenas no campo da educação de adultos. Os fundamentos de sua pedagogia permitem a aplicação dos

conceitos analisados em uma amplitude maior, isto é, na própria concepção de educação”. (Santos; Gonçalves, 2012, p.15).

Os longos anos de repressão vivenciados durante o período da Ditadura Militar (1964-1984), impactaram diretamente o sistema de educação. A necessidade de manter a população sob controle do governo militar, fez com que a repressão e a censura à informação de conteúdos contrários à ideologia deste modelo de governo fossem proibidas também nas unidades escolares, assim o acesso a determinados livros, as produções culturais e intelectuais impactaram diretamente no avanço da educação de forma crítica. A perda de direitos civis, a tortura daqueles que se posicionavam contra o sistema opressor, com destaque aos militantes, estudantes e professores perseguidos, torturados e/ou exilados, como o próprio educador Paulo Freire, não podem ser relegados ao esquecimento. Nesse sentido se faz importante destacar que:

A educação militar retirou da escola o compromisso democrático com a realidade histórica das desigualdades estruturais. A moral e cívica edificou, entre 1964 a 1984, a violenta narrativa de um pátria amada, idolatrada, que seguiu na mesma trilha da ordem e progresso presente no início do século, cujo salve era a ode ao desenvolvimento e modernização – à custa da marginalização de ampla maioria da classe trabalhadora. Assim, as reformas educacionais regidas pela batuta do governo militar ocorrem em um contexto de intensificação da dependência e, conseqüentemente, da superexploração. Isto, mediado pelo coercitivo processo de desaparecimento político e de torturas que, quando resistiam, eram obrigados a migrar forçosamente. (Souza; Transpadini, 2020, p.103).

É preciso retomar o diálogo sobre o que foi a ditadura militar no Brasil, dada a atual presença crescente de discursos de ódio e intolerância, impulsionados no contexto de ascensão da extrema direita ao poder, expressa com a eleição e governo de Jair Bolsonaro (2019-2022), mas que não se restringe a ele. Esses discursos revelam claramente as estruturas opressivas e discriminatórias da sociedade, incluindo machismo, homofobia, classismo e racismo.

São muitos os avanços na busca pelos direitos à educação, muitas lutas foram travadas com vistas a garantir uma educação pública de qualidade e é preciso lembrar que esses avanços não foram meros tomada de consciência do poder de Estado, uma vez que nesse processo, deve-se levar em consideração as “pressões de setores organizados da população brasileira e as vantagens que o empresariado

viu com a melhoria do nível escolar para a capacitação da força de trabalho” (Brandão, 2009, p. 15).

Dando continuidade ao diálogo, a partir de um salto temporal, destacamos a Constituição Federal de 1988 em seu Art. 205, destaca que “ A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988). Assim o sistema educacional brasileiro, destaca sua relação com a Constituição Federal de 1988 e o princípio do direito universal à educação, através da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), ou Lei n. 9.394/1996.

Apesar de ser responsabilidade do Estado garantir o acesso à educação de qualidade, é importante ressaltar que nem todos os indivíduos possuem pleno acesso a esse direito e muitos têm dificuldades em permanecer e concluir os diferentes níveis de ensino, desde a educação básica até a superior. A evasão escolar é um problema latente em todas as modalidades de ensino, sendo que a desigualdade socioeconômica é um fator determinante para que muitos indivíduos, especialmente crianças, jovens e adultos, sejam privados do direito à educação.

De acordo com Marini (2011 *apud* Souza; Transpadini, 2020, p. 98) “A educação pública brasileira segue as trilhas do capitalismo dependente”, nesse sentido o “Estado oligárquico dependente, próprio da condição estrutural latino–americana, se consolida um modelo formal–institucional de educação que restringe o popular à mera reprodução histórica da desigualdade econômica, política, social e cultural. ” (Souza; Transpadini, 2020, p. 98).

O debate em torno da educação, especialmente no que se refere à Educação Popular demonstra o potencial de outras formas de educar, que vão além do modelo tradicional, o qual, por vezes, perpetua uma dinâmica social que tem se reproduzido ao longo dos anos na sociedade brasileira.

A educação pública brasileira em geral, e superior em particular, retrata a história dos/das que, responsáveis pela edificação do desenvolvimento urbano e industrial no século XX, ficarão fora do sistema de educação superior. Esses/as trabalhadores/as, os/as “sem escola”, “sem título” e com trabalho superexplorado, edificam o complexo urbano industrial, ao mesmo tempo em que ocupam terrenos irregulares nas cidades, formando os territórios populares. Condição inerente à própria lógica desigual do capital. É dessa relação entre o núcleo de trabalhadores fundadores do Brasil

oligárquico, agrário e industrial, que a história da educação se apresenta como a história da exclusão formal. (Souza; Transpadini, 2020 p. 102).

Ao buscar elucidar as questões que instigaram e norteadoras deste TCC, buscando responder o que é a educação e como ela se desenvolve na sociedade brasileira, concordamos com Brandão (1981), que “não há uma forma única nem um único modelo de educação, a escola não é o único lugar onde ela acontece e talvez nem seja o melhor. O ensino escolar não é a sua única prática e o professor profissional não é o seu único praticante”. (Brandão, 2013, p. 9).

Assim entendemos que a “educação é um produto histórico” (Santos; Gonçalves, 2012, p.1) e nesse contexto o “processo educativo permite a manutenção da memória de um povo e fornece condições para a sua sobrevivência” (Santos; Gonçalves, 2012, p.3), além de ser um importante instrumento no fortalecimento do pensamento crítico, na luta pelo processo de descolonização, pois a educação para a libertação pode, segundo bell hooks (2017, p. 67), “favorecer no estágio inicial da transformação - aquele momento histórico em que começamos a pensar sobre nós mesmas e nossa identidade diante das nossas circunstâncias políticas”.

Com o passar dos tempos, “a crescente complexidade das sociedades, a educação formal passou a assumir um caráter intelectualista, cada vez mais distanciado da atividade concreta, destinando-se apenas à elite” (Santos; Gonçalves, 2012, p. 3). Esse processo educativo imprime uma postura onde,

[...] para a elite, uma escola de formação que pode se estender até os graus superiores, enquanto que para os trabalhadores restam os rudimentos do ler e escrever e o encaminhamento para a profissionalização tão indispensável para o desenvolvimento econômico da sociedade. (Santos; Gonçalves, 2012, p. 4).

Esse dualismo que se perpetua na história da educação da sociedade brasileira, uma vez que a classe trabalhadora pobre é a que mais sofre prejuízo no acesso e permanência do sistema de ensino, sobretudo no nível superior. No entanto, e daí a importância em refletir sobre a educação que favoreça maneiras libertadoras de pensar, bell hooks (2017, p. 51), vai dizer que “o esforço de respeitar e honrar a realidade social [...] temos de reconhecer que nosso estilo de ensino tem de mudar” e para tal precisamos nos dedicar a falar mais sobre a educação no contexto da sociedade brasileira, levando em consideração e refletindo sobre as

particularidades de nossa cotidianidade, transpondo as barreiras do racismo estrutural, questionando e lutando contra as práticas educacionais que reforçam os sistemas de dominação.

3.2 EDUCAÇÃO POPULAR: DESAFIOS E POSSIBILIDADES

A história da educação em sua totalidade, assim como a história da educação voltada às massas populares, considerando todos os seus aspectos e desenvolvimento ao longo do tempo, não pode ser compreendida como um processo simples e direto, tão pouco segue uma progressão linear. Em vez disso, ela é marcada por complexidades, interrupções e mudanças de paradigmas ao longo do tempo em sociedade. E nesse sentido, torna-se essencial considerar a Educação Popular e suas potencialidades de forma horizontal. E para tal propomos aqui iniciar uma breve análise sobre a Educação Popular que se desenvolve no contexto da sociedade brasileira.

Machado (2012) argumenta que, “as raízes da educação popular são genuinamente brasileiras” e surgem no período histórico marcado pelo Desenvolvimentismo. (2012, p. 156).

Por outro lado, Souza e Traspadini (2020) destacam que na América Latina a Educação Popular “se inscreve, na diversidade que compõe a luta de classes – indígena, quilombola e camponesa – na radicalidade da existência e manutenção do modo de ser próprio, em meio ao movimento destrutivo de reiteração da ordem mercantil capitalista”. (Souza; Traspadini, 2020, p.110). Paralelamente, Machado (2012) destaca que, durante esse período as elites brasileiras e instituições estatais tentaram moldar as camadas populares de acordo com seu modelo de sociedade, enquanto, ao mesmo tempo, surgia um movimento popular impulsionado pelo debate sobre identidade cultural e democratização da cultura. Assim, a Educação Popular se manifesta também como possibilidade de preservação de modos de vida autênticos e na resistência contra a influência e a repetição da ordem mercantil capitalista.

Alguns estudiosos datam que a gênese da educação popular antecede o período marcado pelo início da industrialização (1940-1960), neste momento e contexto histórico da sociedade brasileira, é relevante destacar que a Educação

Popular ainda não era identificada por esse termo, mas sim percebida como um movimento de cultura popular. Machado (2012, p. 156) destaca que,

a busca pela democratização da cultura permitiram a emergência de um movimento popular que posteriormente possibilitou a presença das expressões de cultura e de educação popular do setor universitário, o surgimento dos Centros Populares de Cultura — CPCs da UNE e das UEE e, paralelamente, às iniciativas da Igreja (como o Movimento de Educação de Base) e dos grupos de profissionais liberais (a exemplo dos Movimentos de Cultura Popular).

Nesse sentido, conforme Bezerra (1984 *apud* Machado, 2012, p. 156), “as atividades educativas características dessa época dividem-se em três grupos de atividades: alfabetização, educação de base e cultura popular”. A autora argumenta que as origens dos dois primeiros grupos (alfabetização e educação de base) estavam relacionadas principalmente à transmissão do conhecimento necessário para o progresso, devido às deficiências no ensino formal e seus sistemas. Por outro lado, o grupo da cultura popular esteve voltado para “a afirmação de uma cultura verdadeiramente nacional, a luta contra a invasão cultural, contra o imperialismo e a desnacionalização, a democratização pela valorização da expressão cultural e política das camadas populares” (Bezerra, 1984, p. 33 *apud* Machado, 2012, p. 156).

Nas pesquisas de Ercília de Paula (2009, p. 6136 *apud* São Paulo, 2015), a autora afirma que os movimentos de

[...] Educação Popular nascem no Brasil desde a década de 20 com o Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova no qual os intelectuais brasileiros pregavam uma educação popular para todos. Todavia, somente na década de 60, devido ao processo de industrialização e urbanização, é que o Brasil começou a se preocupar com os altos índices de analfabetismo de jovens e adultos das classes populares em função da necessidade de mão de obra qualificada para o trabalho.

Brandão (2009, p. 9), reflete sobre o “papel e o sentido histórico da educação popular: como resistência e oposição ao status quo”. Ao propor o diálogo sobre as raízes da educação popular, destacou alguns movimentos que ele considera fundamentais para o avanço da Educação Popular no Brasil, como exemplo ele cita:

[...] a iniciativa de grupos de esquerda em fazer educação para o povo da cidade e do campo. [...] os projetos de educação com pequenas escolas de trabalhadores para os operários e seus imigrantes italianos em São Paulo, [...] a partir dos anos 1920, surgiram movimentos dirigidos à democratização do ensino e da cultura laica: “É o momento da luta pela escola pública no Brasil e pela quebra da hegemonia confessional católica na educação”[...] às experiências de cultura popular nos anos 1960. Esse movimento teve Paulo Freire como uma das principais lideranças. A principal bandeira era: a ideia de um país que valorizasse sua cultura nacional, contrapondo-se à cultura colonialista, sustentando que as diferenças de culturas existentes no país eram diferenças de saberes e não desigualdades. [...]o quinto momento resultou dos movimentos de caráter popular, agrupados em torno das questões dos negros, mulheres, meninos e meninas de rua, entre outras. Eram espaços em que os sujeitos se educavam por meio das práticas sociais. (Brandão, 2014 *apud* Prefeitura de São Paulo, 2015, p. 10).

Aliando o pensamento de acordo com a citação acima, percebe-se que é no bojo destes adventos que a educação popular se fortalece, em meio a “movimentos sociais camponeses, indígenas e negros no Brasil, inerente à vida cotidiana de milhões de trabalhadores/as que vivem de dar conta de sobreviver por dentro, ou por fora, da lógica formal assalariada”. (Souza; Transpadini, 2020, p. 112).

Deste modo os movimentos sociais que desempenharam um papel crucial no fortalecimento do desenvolvimento da Educação Popular no Brasil, destacam-se o Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), o Movimento Negro Unificado (MNU), dentre outros que entendem a educação como uma ferramenta essencial na luta contra as diversas formas de opressão que permeiam até hoje, os distintos extratos da sociedade brasileira.

Dentre todos os movimentos populares de relevância significativa, é essencial ressaltar a batalha pelo acesso à educação para a população negra. Nesse contexto, merece destaque a atuação da Frente Negra Brasileira (FNB), cujo trajeto se estabelece como um marco nos anos compreendidos entre 1931 e 1937. Essa associação mobilizou uma considerável quantidade de homens e mulheres negros, engajando-os em uma luta incansável pelos seus direitos. Assim as considerações mencionadas recebem respaldo e ganham maior profundidade por meio das análises conduzidas por Souza e Traspadini (2020):

“[...] os movimentos negros foram, ao longo da história do Brasil, perseguidos e interrompidos em seus objetivos e atuação. Mas o surgimento de novos, na esteira e no resgate da memória história dos anteriores, desde Palmares, tem sido a resposta contra o autoritarismo e

racismo que expressam a atuação política e ideológica das elites brasileiras. Todos eles terão a educação como pauta.” (Souza; Transpadini, 2020, p. 113).

A Frente Negra Brasileira (FNB) compreendia o conceito de educação de forma abrangente, a educação perpassava o ensino formal e pedagógico nas escolas, pois era tida como um processo que incluía a formação cultural e moral das pessoas. Assim, “[...] a educação teria o poder de anular o preconceito racial e, em última instância, de erradicá-lo.” (Domingues, 2008, p. 7). Aqui, se faz necessário o seguinte adendo, naquele momento histórico vivenciado pela FNB, o racismo talvez ainda não fosse compreendido como alicerce da sociedade capitalista, tal qual é compreendido e discutido nas circunstâncias atuais. O preconceito racial, segundo Silvio Almeida (2021, p. 32), “é o juízo baseado em estereótipos acerca de indivíduos que pertencem a um determinado grupo racializado, e que pode ou não resultar em práticas discriminatórias.”. Desse modo o racismo,

É definido por seu caráter *sistêmico*. Não se trata, portanto, de apenas um ato discriminatório, ou mesmo um conjunto de atos, mas de um processo em que condições de subalternidade e de privilégio que se distribuem entre os grupos raciais se reproduzem nos âmbitos da política, da economia e das relações cotidianas. (ALMEIDA, 2021, p. 32)

Cida Bento (2022, p. 105), destaca que,

O impacto da discriminação racial na vida de crianças e adolescentes negros se evidencia na evasão escolar, sempre maior para esses grupos, e também no desempenho educacional prejudicado por diferentes fatores, dentre eles a qualidade de escolas frequentadas por esse grupo, a qualidade de materiais e equipamentos disponíveis, o acesso à internet, enfim uma situação de desigualdade que ficou escancarado com a pandemia do covid-19.

É nesse sentido que, a educação para jovens e adultos, também resulta das iniciativas da classe trabalhadora na luta contra o analfabetismo, que se perpetua ao longo dos tempos para determinados grupos sociais, conforme Cida Bento (2022).

De acordo com Gadotti (2007, p. 24), no final dos anos 50 emergiram duas tendências distintas no campo da educação voltada para jovens e adultos no Brasil, das quais se destacaram as seguintes como as mais significativas:

[...] a educação de adultos entendida como educação libertadora, como “conscientização” (Paulo Freire) e a educação de adultos entendida como educação funcional (profissional) é, o treinamento de mão-de-obra mais produtiva, útil ao projeto de desenvolvimento nacional dependente.

Durante esse período diversos movimentos de educação e cultura popular ganharam destaque. Alguns desses movimentos tinham como objetivo promover uma educação catalisadora para a transformação social. Os movimentos de Educação Popular que mais ganham destaque nesse período incluem o Movimento de Cultura Popular (MCP), criado em Recife no ano de 1960,

[...] que nasceu da iniciativa de estudantes, intelectuais e artistas pernambucanos aliados à prefeitura daquela capital, com objetivo promover a alfabetização de adultos e propiciar cultura e seu acesso a todas as pessoas. Assim, a ideia era encontrar um jeito próprio, ou seja, desenvolver uma prática educativa com base na cultura e nos costumes locais. [...] tinham intuito de conscientizar a população por meio da alfabetização e da educação de base, visando à formação da consciência política que preparasse os cidadãos e cidadãs para a participação social. (São Paulo, 2015, p.11).

Os Centros Populares de Cultura (CPCs), que também datam dos anos 60, onde jovens artistas e intelectuais da época se dedicaram “a criar um movimento dirigido aos diferentes segmentos de trabalhadores a fim de divulgar, difundir e disseminar o teatro político”. (São Paulo, 2015, p. 11). E, o Movimento Educação Base (MEB), que nasce com incentivo do Estado em parceria com igrejas católicas e “com respaldo do governo federal, que buscava contribuir para a alfabetização da população, principalmente a rural, preparando-a para intervir em discussões da época, sobretudo naquelas que lhes diziam respeito diretamente, como a reforma agrária”. (São Paulo, 2015, p. 11).

Uma característica compartilhada dos movimentos citados acima, reside no princípio de que, quer pela influência marcante da cultura ou pelo compromisso com a promoção da alfabetização, eles não se desvincularam da formação de pessoas conscientes de sua condição enquanto sujeitos de classe, ou seja para além da alfabetização, o foco estava também na educação política, sendo “os CPCs (Centros Populares de Cultura), extintos logo depois do golpe militar de 1964 e o MEB (Movimento de Educação de Base), apoiado pela Igreja e que durou até 1969.”(Gadotti, 2007, p. 24).

É fundamental lembrar que na trajetória histórica da luta de classe no Brasil, os militantes da Educação Popular foram perseguidos por governos ditatoriais, a Educação Popular nesse sentido passa a ser uma prática subversiva, uma vez que a prima pela construção do conhecimento e do pensamento crítico, com vista a promoção de transformações sociais, tal modelo de educação era percebida como contrária ao regime autoritário e coercitivo que limitou os direitos civis e políticos dos cidadãos brasileiros.

Relembramos que durante o período da ditadura no Brasil, educadores e estudantes, defensores da educação popular, foram perseguidos e reprimidos, presos, exilados ou mortos. Paulo Freire é um desses, e talvez o mais conhecido e com grandes contribuições à defesa da educação no Brasil, como já mencionado. No item a seguir, adentrarmos um pouco mais em alguns aspectos da sua vida e obra, para evidenciar o seu legado imensurável à educação crítica no Brasil.

3.3 PAULO FREIRE: REFERÊNCIA PARA PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO POPULAR NO SERVIÇO SOCIAL

Paulo Reglus Neves Freire, mais conhecido como Paulo Freire⁶ idealizou mais do que um sistema de educação, para ele a *Educação Popular, Educação Inclusiva e Humanizadora, Educação de Jovens e de Adultos*, era na verdade uma proposta pedagógica e política, “no sentido de uma ação coletiva, transformadora, ativa e francamente humanizadora – que ultrapassava as metas de uma educação permanente”. (Brandão, 2009, p. 10).

Paulo Freire deixou um legado significativo e Moacir Gadotti (2007, p. 23) nos traz elementos sobre seu lado intelectual e de visão do mundo, dizendo que:

Ele conseguiu, melhor do que qualquer outro intelectual que conheço, criar laços, interligar as categorias da história, da política, da economia, de classe, gênero, etnia, pobres e não-pobres. Sua pedagogia não é apenas uma pedagogia para os pobres. Ele, como ser conectivo, queria ver também os não-pobres e as classes médias se engajando na transformação do mundo. Toda pedagogia contém uma proposta política, implícita ou explícita.

⁶ Paulo Freire, patrono da educação brasileira, nasceu no ano de 1921 em Recife, Pernambuco. Em sua trajetória de vida cursou Direito na Universidade de Recife, no ano de 1947 assumiu o cargo de Diretor do Departamento de Educação e Cultura do Serviço Social também na Universidade do Recife, iniciando sua jornada em prol da educação de jovens e adultos da classe trabalhadora, com foco na alfabetização, tornando-se mundialmente conhecido por desenvolver o “Método Paulo Freire”.

O “Método Paulo Freire” é um excelente exemplo disso: não tem sentido separar o seu método de uma visão de mundo. Sua teoria do conhecimento está ancorada numa antropologia.

Gadotti (2007, p. 23) chama a atenção ainda para as virtudes que Paulo Freire defendia, destacando que:

Em todos os seus escritos, Freire nos fala das virtudes como exigências ou virtudes necessárias à prática educativa transformadora. Mas também nos deu exemplos dessas virtudes, entre elas, a tolerância e a coerência. Freire não foi coerente por teimosia. Para ele a coerência era uma virtude que tomava a forma da esperança. Praticava sobretudo a virtude do exemplo: dava testemunho do que pensava. Nessa coerência entre teoria e prática eu destacaria o valor da solidariedade. Outra virtude que conquistou foi a simplicidade. O simples não é o fácil. É difícil ser simples. Ele conseguia estranhar o saber cotidiano sem ser pernóstico, arrogante. Paulo detestava o intelectual arrogante, sobretudo o intelectual arrogante de esquerda. Para ele, o intelectual de direita já era arrogante por natureza, mas o de esquerda o era por deformação.

Assim, entendemos que o educador Paulo Freire, destaca as virtudes como requisitos fundamentais para a prática educativa transformadora. Isso significa que, para Freire, a educação não deve ser apenas um processo de transmissão de conhecimento, também não via a coerência como teimosia, mas sim como uma virtude que assume a forma da esperança que alimenta para a consistência em suas crenças e ações na esperança de um mundo melhor através da educação. Segundo Gadotti (2007), Freire valorizava a simplicidade e acreditava na importância de as pessoas apoiarem umas às outras, de comunicar conceitos complexos de forma acessível e compreensível, o que nos leva a refletir sobre a nossa própria formação no campo do Serviço Social.

De fato, durante o período da graduação por vezes utilizamos de uma linguagem acadêmica complexa e rebuscada, repleta de jargões técnicos e teóricos, o que dificulta a compreensão e acessibilidade para aqueles que não estão familiarizados com esse discurso. Nesse sentido, a Educação Popular nos convoca a uma reflexão profunda sobre essas questões fundamentais. Urge a necessidade de uma análise crítica constante das nossas abordagens e da qualidade do diálogo no nosso cotidiano profissional, a fim de prevenir o distanciamento prejudicial entre os profissionais e os usuários dos serviços. Isso é fundamental para evitar a criação de barreiras e a perpetuação das desigualdades. Portanto, é imperativo que nos

dediquemos incansavelmente a promover uma abordagem mais acessível, onde a proximidade entre profissionais e usuários seja uma prioridade.

A educação teve uma importância fundamental na filosofia e prática de Paulo Freire, a ponto de ele destacar que, "não é possível ser gente senão por meio de práticas educativas. Esse processo de formação perdura ao longo da vida toda; o homem não para de educar-se, sua formação é permanente e se funda na dialética entre teoria e prática" (Freire, 2000 *apud* Gadotti, 2016, p.1).

Moacir Gadotti (2016, p. 24) reforça que a Educação Popular, como uma concepção geral da educação,

[...] passou por diversos momentos epistemológico-educacionais e organizativos, desde a busca da conscientização, nos anos 50 e 60, e a defesa de uma escola pública popular e comunitária, nos anos 70 e 80, até a escola cidadã, nos últimos anos, num mosaico de interpretações, convergências e divergências.

Enquanto a educação de adultos regida pelo Estado tende a seguir currículos formalizados e métodos tradicionais de ensino, a Educação Popular proposta por Freire buscava uma abordagem flexível e centrada na realidade dos indivíduos e de suas comunidades. Buscava adaptar-se à realidade e aos desafios enfrentados por grupos marginalizados e/ou desfavorecidos.

Soares (2022, p. 33), nos diz que "na literatura da Educação Popular observamos variadas concepções, mas que se entrelaçam pelo viés político, crítico e com ênfase na defesa da classe oprimida". E destaca que na concepção de Freire (2001, p. 49 *apud* Soares, 2022, p. 33):

A educação popular cuja posta em prática, em termos amplos, profundos e radicais, numa sociedade de classes, se constitui como um nadar contra a correnteza é exatamente a que, substantivamente democrática, jamais separa do ensino dos conteúdos o desvelamento da realidade. É a que estimula a presença organizada das classes populares na luta em favor da transformação democrática da sociedade, no sentido de superação das injustiças sociais. É a que respeita os educandos, não importa qual seja sua posição de classe e, por isso mesmo, leva em consideração, seriamente, o seu saber de experiência feito, a partir do qual trabalha o conhecimento com rigor de aproximação aos objetos. [...]. É a que supera os preconceitos de raça, classe, de sexo e se radicaliza na defesa da substantividade democrática. [...]. É a que não considera suficiente mudar apenas as relações entre educador e educandos, amaciando essas relações, mas ao criticar e tentar ir além das tradições autoritárias da escola velha, critica também a natureza autoritária do capitalismo.

Brandão e Assumpção (2009, p. 33) complementam que a educação popular é,

[...] uma concepção de educação que emerge como um movimento de trabalho político com as classes populares e que possui a intencionalidade de “propiciar a humanização e a libertação dos sujeitos que sofrem com as opressões políticas, econômicas e culturais”. Não sendo um desdobramento da educação de adultos, da educação informal ou uma forma de educação permanente frente aos modelos oficiais e hegemônicos.

Santos (2012) destaca vários conceitos e métodos que o educador Paulo Freire adota em relação ao processo de Educação Popular. Entre esses conceitos, destacam-se "Processos de conscientização", "Prática dialógica", "Círculos de Cultura" e "Palavras geradoras". Esses conceitos contribuem para a compreensão da perspectiva de Freire sobre o que ele considera a essência da prática da Educação Popular.

Nesse contexto, “a conscientização deveria acompanhar o processo educativo, que, por meio de uma proposta de intervenção participativa, o método não poderia impor formas únicas, mas estar sempre aberto a inovações e a criação”. (Santos, 2012, p. 4). Como exemplo destaca:

A pessoa conscientizada é capaz de perceber claramente, sem dificuldades, a fome como algo mais do que seu organismo sente por não comer, a fome como expressão de uma realidade política, econômica, social, de profunda injustiça (Freire, 1994, p. 225 *apud* Santos 2012, p. 4)

Com relação a “Prática dialógica”, Santos (2012, p. 4) vai dizer que:

Freire defendia as relações dialógicas entre educando e educador, em que a dialogicidade faz parte da construção de uma nova racionalidade. O diálogo parte de todo o processo educativo, bem como do caráter político e transformador da educação. Para Freire, o diálogo é, portanto, o encontro de homens e mulheres mediados pelo mundo para dar nome e sentido ao mundo. Pelo diálogo, as pessoas atuam, sentem e pensam como sujeitos e permitem que outras pessoas com as quais convivem construam sua própria história.

Santos (2012) destaca ainda que os Círculos de Cultura e as “Palavras Geradoras” foram conceitos fundamentais para o desenvolvimento da Educação

Popular Freiriana, possibilitando aproximação com classes populares, promovendo conforme o próprio educador diz “Aclaramento das Situações” (Freire 2002, p. 111. *apud* Santos, 2012, p. 4).

Paulo Freire liderou o Movimento de Cultura Popular do Recife (MCP), a partir da experiência com Círculo de Cultura, desenvolvia as ações cuja ideias,

[...] coadunava-se com sua ideia de educação popular, em que se buscava construir junto aos indivíduos uma compreensão crítica que possibilitasse uma ação transformadora da realidade social, política, cultural, na perspectiva de uma sociedade igualitária, emancipadora. Pelas ações grupalizadoras, Freire apresentava uma proposta de substituição da lógica da sala de aula formal, tradicional, da “educação bancária” e reafirmava sua teoria de educação dialógica ou libertadora. (Santos, 2012, p. 5).

Com relação às Palavras Geradoras, emanam das experiências realizadas no Nordeste, “voltava-se às classes populares para que elas pudessem ter acesso, na formação, a uma leitura crítica e engajada da realidade social que apontasse para sua organização e para a transformação da realidade de opressão” (Santos, 2012, p. 5).

Essa metodologia marcou a ruptura em relação ao ensino tradicional e disseminou sua metodologia para a educação de jovens e adultos, que sinteticamente significava: 1) escutar para formar os temas geradores; 2) criar/identificar a forma de representar temas ao povo; 3) dialogar sobre os temas; 4) criar ações/estratégias; 5) reescutar. Ou seja, nessa forma, os pilares da sua metodologia voltavam-se para a “ação-reflexão-ação” sobre o mundo onde as pessoas se educam e crescem juntas, numa construção individual e coletiva. (Santos, 2012, p. 5).

Os conceitos, métodos utilizados por Freire são opostos à prática de educação bancária⁷, uma vez que está se concretiza de forma impositiva. A educação defendida na perspectiva da Educação Popular Freiriana, prima pela essência dialógica, sendo importante destacar que para Freire (1997, p. 46 *apud* Reis, 2011, p. 120),

Uma das tarefas mais importantes da prática educativo-crítica é propiciar as condições em que os educandos em suas relações uns com os outros e

⁷ Educação bancária: assim como para Paulo Freire e bell hooks, o sistema de Educação bancária é aquele “baseado no pressuposto de que a memorização da e sua posterior regurgitação representa uma aquisição de conhecimentos que podem ser depositados, guardados e utilizados numa data futura”. (hooks, 2021, p. 14)

todos com o professor ou a professora ensaiam a experiência profunda de assumir-se. Assumir-se como ser social e histórico, como ser pensante, comunicante, transformador, criador, realizador de sonhos, capaz de ter raiva porque capaz de amar. Assumir-se como sujeito porque capaz de reconhecer-se como objeto.

Assim, segundo Santos (2012, p. 5),

A experiência e a sistematização de Paulo Freire junto com as múltiplas experiências no país adensaram as novas formas de fazer educação. As concepções norteadoras das diferentes experiências de Educação Popular apresentaram significados políticos distintos; nas ações realizadas pelos governos, as experiências de educação popular eram vistas como uma resposta à demanda do capital por uma força de trabalho mais qualificada; para os movimentos progressistas, era uma forma de contribuir para o desenvolvimento da consciência crítica da classe trabalhadora.

Machado, Silva e Tolentino (2019, p. 3), afirmam que Paulo Freire deixou um legado imortal na área da educação,

[...] não só pelo seu método de alfabetização, “método Paulo Freire”, que estimulava a politização dos educandos, negando “a mera repetição alienada e alienante de frases, palavras e sílabas, ao propor ao alfabetizante ‘ler o mundo’ e ‘ler a palavra’, leituras [...] indissociáveis” mas, sobretudo, por sua contribuição acerca da educação popular.

Assim, a Educação popular, é “um processo humanizador e histórico que deve proporcionar uma práxis transformadora para libertar os homens e mulheres da situação de submissão que a sociedade capitalista lhes impõe” (Batista, 2005, p. 6 *apud* Santos, 2012, p. 3).

Freire, enquanto filósofo da educação, alcançou renome internacional por desenvolver o método de alfabetização crítica e por suas contribuições significativas no campo da Educação Popular. Seu enfoque na educação como “um ato político e libertador” influenciou diversos educadores e pensadores ao redor do mundo.

bell hooks foi uma das grandes pensadoras que se inspiraram nas obras de Freire. Tanto é que, em seu livro, *Ensinando a Transgredir: a educação como prática da liberdade* (1994), ela dedica um capítulo a falar sobre sua experiência. Aborda com ternura sobre a sua aproximação com as obras, ideias e relata o emocionante encontro com Paulo Freire. Destaca, de maneira significativa, que “anos antes de conhecê-lo, já havia aprendido muito com seu trabalho, adquirindo maneiras novas e

libertadoras de pensar sobre a realidade social" (hooks, 2021, p. 65). Em uma das passagens mais marcantes do livro destaca:

[...] quando encontrei a obra de Freire em num momento da minha vida em que estava começando a questionar profundamente a política da dominação, o impacto do racismo, do sexismo, da exploração de classe e da colonização, que ocorreu dentro dos próprios Estados Unidos, me senti fortemente identificada com os camponeses marginalizados de que ele fala com meus irmão e irmãs negros [...] Tinha vivido a luta pela dessegregação racial e estava na resistência sem ter uma linguagem política para formular esse processo. Paulo foi um dos pensadores cuja obra me deu uma linguagem. Ele me fez pensar profundamente sobre a construção de uma identidade de resistência. (hooks, 2021, p. 66).

Em seu livro *Ensinando a Transgredir*, hooks (2021) avança no debate da Educação Popular, especialmente por dar ênfase aos elementos de raça e gênero, que inicialmente não estavam claramente definidos Freire. A autora destaca ainda que quando se aproximou pela primeira vez das obras de Freire, em nenhum momento deixou de não estar consciente com “o sexismo na linguagem”. Segundo a autora,

O sexismo de Freire é indicado pela linguagem de suas primeiras obras, apesar de tantas coisas permanecerem libertadoras. Não é preciso pedir desculpa pelo sexismo. O próprio modelo da pedagogia crítica de Freire acolhe o questionamento crítico dessa falha na obra. Mas o questionamento crítico não é o mesmo que rejeição. (hooks, 2021, p. 70).

hooks (2021, p. 71) declara ainda que, encontrou “Freire quando estava sedenta, morrendo de sede (com aquela sede, aquela carência de sujeito colonizado, marginalizado, que ainda não tem certeza de como se liberta da prisão do status quo), [...] e encontrei na obra dele um jeito de matar a sede.”.

bell hooks (2021, p. 97) observa que, ao revisitar seus próprios trabalhos de teoria feminista, notou que o texto teórico se torna mais reflexivo quando convida as leitoras a participarem ativamente da reflexão crítica e a colocarem em prática os princípios do feminismo e destaca, “para mim a teoria nasce do concreto, dos meus esforços para entender as experiências da vida cotidiana, dos meus esforços para intervir criticamente na minha vida e na vida de outras pessoas”.

Nesse sentido, examinar o movimento da Educação Popular, com suas respectivas dificuldades, oportunidades e futuras direções, requer uma reflexão

constante, de olhar para dentro do espaço onde atuamos, de olhar para o fazer cotidiano, em especial no meio acadêmico. Isso se torna um desafio intrínseco devido à necessidade de superar as estruturas educacionais tradicionais, as hierarquias inflexíveis e a resistência à transformação do sistema educacional em sua configuração atual.

A visão da educação popular defendida aqui, engloba o diálogo e a participação ativa da comunidade acadêmica e de toda a sociedade, promovendo uma educação inclusiva e democrática, participativa, uma educação que busca estimular o pensamento crítico por meio do diálogo tornando o aprendizado relevante para todos os envolvidos.

Conforme vimos até aqui, destacamos que a educação popular não se limita a simplesmente transmitir conhecimento por meio de disciplinas e currículos. Ela busca criar relações onde o saber não é monopolizado por um único indivíduo, e a aprendizagem não ocorre apenas em uma única direção. Este modelo educacional instiga a construção contínua do conhecimento, baseado na troca entre todos envolvidos, possibilitando assim formar indivíduos conscientes de seu entorno e capacitados para transformá-lo. Essa abordagem promissora visa uma educação democrática, inclusiva e transformadora, sendo, conforme Souza e Traspadini (2020, p. 110), "simultaneamente método, conscientização, práxis, resistência e revolução."

4. O SERVIÇO SOCIAL E A EDUCAÇÃO POPULAR: O DEBATE CONTEMPORÂNEO

O presente capítulo visa aprofundar o diálogo iniciado nos capítulos anteriores, concentrando-se na discussão contemporânea sobre o Serviço Social e a Educação Popular. Procura-se, portanto, estabelecer uma conexão entre os elementos previamente apresentados e avançar na reflexão, introduzindo elementos identificados durante o processo de investigação e análise das produções teóricas encontradas na pesquisa bibliográfica, que enriqueçam a compreensão do tema. Ao mesmo tempo, busca promover o diálogo crítico sobre a interação entre Educação Popular e Serviço Social, identificando as contradições, desafios e potencialidades inerentes à temática, que podem impactar na dimensão político-pedagógica da profissão em sua prática cotidiana.

A pesquisa aqui apresentada, conforme definida por Gil (2007 *apud* Sousa; Santos, 2020, p. 1398), é um processo racional e sistemático destinado a proporcionar soluções para os problemas apresentados. Entretanto, desde o início desse processo, deparamo-nos com um desafio considerável: a ausência de um referencial teórico abrangente que englobe de forma integrada as três temáticas que nos propomos a estudar – Educação Popular, Serviço Social e Projeto Ético Político Profissional do Serviço Social. Dentre os artigos e dissertações analisadas concluímos que o artigo de Aline Maria Batista Machado de título “Serviço Social e educação popular: diálogos possíveis a partir de uma perspectiva crítica” e a dissertação de mestrado de Vanessa Santana Soares, com título de “O debate da educação popular na revista Serviço Social & Sociedade (1979-2021)”, detém destaque ao englobar as três temáticas de forma primordial, portanto utilizaremos as autoras para embasar o debate.

4.1. A INTERSECÇÃO ENTRE O SERVIÇO SOCIAL E A EDUCAÇÃO POPULAR

Explorar a convergência entre o Serviço Social e a Educação Popular na contemporaneidade implica, inicialmente, revisitar os princípios fundamentais da profissão e examinar os contextos sócio históricos nos quais essas interações

tiveram lugar. Essa análise é de extrema importância para uma compreensão aprofundada de ambas as temáticas.

Quando iniciamos a leitura dos materiais teóricos encontrados na pesquisa, percebemos que a relação entre o Serviço Social e a Educação Popular tem raízes profundas que se desdobram em paralelo às complexas dinâmicas da sociedade brasileira, moldadas pelo contexto sócio econômico e político em constante evolução.

Analisando de forma qualitativa as produções teóricas selecionadas, identificamos que para uma melhor compreensão dessa relação, um fator determinante é o estudo do processo de Reconceituação e de Renovação do Serviço Social, uma vez que a Educação Popular influenciou essa conjuntura da profissão na América Latina e no Brasil.

Entretanto, é necessário mencionar que, embora este TCC, alinhado com os objetivos da pesquisa, traga de forma sucinta aspectos históricos, reconhecemos que não será capaz de aprofundar, tampouco de esgotar o debate sobre esses temas complexos e desafiadores, inerentes à discussão da profissão e fundamentais para a compreensão da mesma nos moldes atuais.

A história inicial da profissão de Serviço Social, caracterizada por práticas de caridade sob influências religiosas, moldou suas ações assistencialistas por um longo período. Essas práticas divergem significativamente do modelo atual preconizado pelo Projeto Ético Político Profissional na contemporaneidade.

Com o agravamento dos problemas da sociedade capitalista que evoluiu ao longo do tempo, “revelando a barbárie cotidiana que assola sem trégua a classe trabalhadora” (Boschetti, 2017, p. 55), a categoria de profissionais assistentes sociais que se consolida também como “um produto sócio histórico, adquire sentido e inteligibilidade na dinâmica societária da qual é parte e expressão” (Iamamoto, 2007, p. 26 *apud* Conde de Oliveira *et al.*, 2013, p. 386). No desfecho da década 70, na medida que a ditadura militar enfraquecia, os movimentos sociais se fortalecem no contexto sociopolítico, ao mesmo tempo que a profissão acentua a interação com autores marxistas e aproximação com método crítico-dialético na construção conceitual, cabendo a necessidade de renovação.

E nesse sentido as décadas de 60/70, tem como marco o processo complexo de reflexão e análise sobre a conjuntura do Serviço Social enquanto profissão que

está inserida na divisão sociotécnica do trabalho, um movimento de olhar para dentro, “para si” e para as mudanças que ocorrem em sociedade, num movimento de crítica aos moldes que a profissão do Serviço Social tradicional, conservador e paliativo vinha praticando na época. Esse processo complexo tem como marco o Movimento de Reconceituação. Segundo Viana, Carneiro e Gonçalves (2015, p. 1),

O Movimento de Reconceituação é um importante momento do Serviço Social, pois é partir daí que surge uma outra visão acerca da prática profissional, voltada a uma análise crítica da realidade social, buscando assim um melhor desempenho no agir profissional ao atender as demandas da questão social, pautado em bases teórico-metodológicas que buscam superar as práticas tradicionais do Serviço Social.

Machado (2012), cita Netto (2002) e Faleiros (2005), para explicar a que aproximação do Serviço Social com as ideias de Paulo Freire na América Latina ocorre durante o Movimento de Reconceituação da profissão, quando os assistentes sociais passam “compreender que a erosão do Serviço Social tradicional passa pela ruptura com as amarras imperialistas do sistema capitalista.” (Machado, 2012, p.152).

Soares (2022, p. 66) destaca que,

É nesse processo de ruptura com as bases conservadoras da profissão que o Serviço Social se aproxima do pensamento de Paulo Freire. Netto (2011) destaca que nesse período boa parte da produção latino-americana do Serviço Social, que trazia uma proposta interventiva, sofria influência do pensamento de Paulo Freire, sobretudo, a partir da obra “Pedagogia do Oprimido” – obra escrita em 1968, enquanto Freire estava exilado no Chile e publicado no Brasil apenas em 1974, tendo em vista sua proibição no contexto da ditadura.

Nesse momento, a Educação Popular, percebida como uma atividade subversiva, adotava um método educacional que abordava a conjuntura de maneira abrangente, crítica e reflexiva. Tornava-se, assim, um grande potencial na promoção de reflexões sobre a realidade social dos indivíduos e na resistência contra o estado opressor.

Nesse sentido, concebida por Freire como “um projeto político de construção do poder popular” (Gadotti, 2014, p. 26) e sob essa ótica histórico-social, compreendemos que:

[...] as práticas de educação popular geralmente se apresentam no campo de atuação dos assistentes sociais que trabalham com comunidades, organização e mobilização popular, sobretudo em ONGs articuladas aos movimentos sociais, onde esse tipo de educação se refugiou desde o período da ditadura militar, visto que naquele contexto histórico passou a ser considerada subversiva, uma vez que criticava o sistema capitalista e o golpe militar de 1964. É nessa conjuntura que o pensamento de Paulo Freire ganha força junto ao Serviço Social brasileiro. (Machado *et al.*, 2019, p. 4).

Cabe salientar que no ano de 1964, Paulo Freire teve uma participação de destaque ao ser convidado para mesa de abertura do II Encontro das Escolas de Serviço Social do Nordeste. Tal participação, “significou uma ‘aliança simbólica’ da categoria profissional com o pensamento Freiriano” (Scheffer, 2013, p. 297 *apud* Machado *et al.*, 2019, p.4).

No entanto, Machado *et al.* (2019, p. 73) afirma que “[...] a relação entre a profissão de Serviço Social e Paulo Freire teve início quando ele foi convidado a trabalhar no recém-criado Serviço Social da Indústria (SESI) na cidade do Recife, em 1947.”. E embora essa conexão tenha começado na década de 1940, a influência do pensamento de Freire na trajetória do Serviço Social no Brasil só se tornaria evidente nas décadas de 1960 e 1970, durante o período de reconceituação. Sobre sua passagem pelo Sesi, Freire (2001, p. 42 *apud* Soares, 2022, p. 66) destaca que o período foi primordial para a elaboração de sua obra, *Pedagogia do Oprimido* e destaca:

Outro instante, que durou dez anos, de grande importância para a minha formação permanente de educador, foi o de minha passagem pelo Serviço Social da Indústria, Sesi, Departamento Regional de Pernambuco. Quando hoje penso nos projetos em que me envolvi à frente da Divisão de Educação e, posteriormente, na Superintendência Geral do órgão, percebo o quanto aprendi. Percebo o quanto me foi fundamental naquela época e continua sendo hoje o exercício a que me entregava e me entrego de pensar a prática para melhor praticar.

Segundo Netto (2002 *apud* Machado, 2012, p. 152) “nesse período de reconceituação da profissão houve um eclétismo teórico em uma série de elaborações reconceitualizadas da América Latina”, todavia, apesar das falhas conceituais, o professor José Paulo Netto admite que este momento foi essencial para conformar “[...] as bases, antes inexistentes, para pensar-se a profissão sob a lente de correntes marxistas”.

Machado (2012, p. 152) afirma que,

No Brasil, em particular, ao abordar o processo de renovação do Serviço Social, dividindo-o em três direções: “a perspectiva modernizadora”, “a reatualização do conservadorismo” e “a intenção de ruptura”, o autor aponta a incorporação das ideias Freirianas nas formulações do chamado “método BH”.

Nessa perspectiva Netto (2002, p. 276 *apud* Machado, 2012, p. 153) indica que durante o percurso do movimento de reconceituação da profissão, “[...] o método BH foi fundamental no processo de construção da “intenção de ruptura”, pois, “[...] foi além da crítica ideológica, da denúncia epistemológica e metodológica e da recusa das práticas próprias do tradicionalismo”.

Segundo Machado *et al.* (2019, p. 75),

O método BH surge em Belo Horizonte (MG) entre 1972 e 1975, como alternativa ao tradicionalismo profissional no processo de “intenção de ruptura”. Seus formuladores consideravam que o objeto de sua atuação era “a ação social da classe oprimida”, seus objetivos meios era “a conscientização, a capacitação e a organização” e seus objetivos fins era a “transformação da sociedade e do homem”. Cabe dizer que se o objeto de atuação da profissão fosse mesmo a “ação social da classe oprimida”, como pensavam os formuladores do “método BH”, os resultados da intervenção dos assistentes sociais ficariam totalmente submetidos à ação social dessa classe. Com isso, entendia-se que se tal classe não agisse, a profissão de Serviço Social era a responsável por tal imobilismo.

Essas considerações são relevantes, embora apresentem contradições evidentes, enquanto o movimento influencia na renovação da profissão, não podemos ignorar a presença de equívocos, pois os profissionais de Serviço Social não têm o poder isolado de efetuar a transformação tão necessária à sociedade.

Neste sentido, reiteramos que a profissão, por si só, não tem o poder de causar mudanças na sociedade, uma vez que a transformação social depende da luta de classes, ou seja, do conflito entre grupos sociais com interesses divergentes.

Machado (2012) ainda destaca que com o passar dos anos a profissão passou por redefinições, e atualmente, as diretrizes curriculares do curso de Serviço Social enfatizam o foco na abordagem das manifestações da “questão social”.

Ao longo dos anos 1980, o Serviço Social brasileiro manteve sua conexão com a educação popular, porém sem a repressão do regime militar que prevaleceu no Brasil até 1985. Tanto que em junho de 1986,

[...] exatamente um ano após o fim da ditadura no nosso país, a Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social - Abess (hoje Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - Abepss), promoveu juntamente com a Alaets/Celats/CFAS e Eness, o Seminário Nacional sobre Movimentos Sociais, Educação Popular e Serviço Social, o qual ocorreu na cidade de Salvador (BA), a fim de preparar a delegação brasileira para a Assembleia Geral da Alaets (Associação Latino-Americana de Escolas de Serviço Social), ao Encontro Prévio e ao XII Seminário Latino-Americano de Serviço Social realizados em Medellín, Colômbia, em julho do mesmo ano. (Machado, 2012, p. 153).

Conforme Machado (2012), no Seminário Nacional de 1986, os assistentes sociais aprovaram dois pontos essenciais para debate, o primeiro abordava as questões sociais, econômicas e políticas da América Latina, com ênfase nas relações e perspectivas históricas do Brasil. Já o segundo concentrou-se nos movimentos sociais e na educação popular, uma vez que este eixo foi percebido como fundamental por conta da prática contraditória dos profissionais de Serviço Social na América Latina, enquanto buscavam uma articulação orgânica com o projeto popular alternativo.

A partir de sua pesquisa, Machado (2012) afirma que a relação entre Serviço Social e Educação Popular se desenvolveu nos anos 1970. Contudo, atualmente, o tema da Educação Popular apresenta-se de forma incipiente nos debates acadêmicos e eventos científicos da categoria. Apesar disso, assistentes sociais ainda a aplicam e discutem sobre a temática em áreas como saúde e educação.

Logo, concordamos com Machado *et al* (2019, p. 71), quando diz que, “embora muitos assistentes sociais compreendam o valor das ideias de Paulo Freire acerca da educação popular” reconhece-se uma limitação de produções teóricas que se dá devido ao ecletismo teórico dos anos 70, quando a profissão de Serviço Social se afastou das ideias de Paulo Freire e da educação popular. Sendo necessário destacar que, “praticamente depois que a profissão se aproximou das ideias de Karl Marx (1818-83), foram abandonados os debates teórico-críticos que envolvem a educação popular. É como se o legado de Freire tivesse sido esquecido ou fosse obsoleto”, (Machado, *et al.*, 2019, p. 71), impactando diretamente nas produções teóricas e debate sobre a Educação Popular Freiriana no Serviço Social.

O debate sobre Educação Popular inserida no campo do Serviço Social, compreende-se pensar sobre ação-reflexão-ação, ou seja, sobre a efetivação da

práxis⁸ nos espaços de atuação profissional, buscando possibilidades concretas de ir contra o fluxo da sociedade capitalista, com vistas a promoção de processos de conscientização e de mobilização dos sujeitos sociais.

Para Paulo Freire, “o propósito da educação é a liberdade humana, a qual ocorre quando a população reflete sobre si mesma e sobre sua condição no mundo – quando são mais conscientes, podem se incluir como sujeitos de sua própria história.” (Freire, 1971 *apud* Santos, 2012 p. 2). Nessa perspectiva a Educação Popular se “caracteriza como uma forma de fazer educação que contribui para a mobilização e organização dos trabalhadores e favorece o despertar para uma consciência crítica, considerando nessa concepção a dimensão da classe e a necessidade de ultrapassar essa ordem societária”. (Santos, 2012, p. 2).

Assim, esse paradigma educacional entende que a educação libertadora, é a educação que compreende sua prática como possibilidade de veículo crítico e emancipatório, como uma ferramenta essencial para a transformação social.

Santos (2012), destaca ainda que a ideia de Educação Popular Freiriana, revela o compromisso com a “libertação dos oprimidos” e que em suas obras *Pedagogia da Esperança* (1992) e *Pedagogia da Autonomia* (1996), Freire (2002, p. 116 *apud* Santos, 2012, p. 3) critica a sociedade burguesa, afirmando ser radicalmente “contra a ordem capitalista vigente, que inventou esta aberração: a miséria na fartura”. Santos (2012, p. 14) nos diz que:

Paulo Freire traduz a sua perspectiva transformadora, que também aparece no exercício profissional do assistente social comprometido com a transformação social. Com sua linguagem – compreendida como um dos principais instrumentos de trabalho –, o assistente social contribui para o “desvelamento da realidade” de seus usuários, de modo a desvendar a realidade opressiva e a apontar para a possibilidade de mudança pela luta coletiva e o acesso a direitos. Vale o registro de que a sociedade na qual estamos inseridos vincula o ensino exclusivamente à utilidade que ele possa ter, seja do ponto de vista da ascensão social individual, seja do ponto de vista mercantil, não o considerando possibilidade de ampliação do universo sociopolítico e cultural dos indivíduos.

⁸ Quando falamos sobre a efetivação da práxis, entendemos assim como Vázquez (1977, p. 5 *apud* Soares, 2022, p. 53) a práxis enquanto “[...] categoria central da filosofia que se concebe ela mesma não só como interpretação do mundo, mas também como guia de sua transformação. Tal filosofia não é outra senão o marxismo”. O autor (Vázquez, 1977, p. 406 *apud* Soares, 2022, p. 53) acrescenta que a práxis é ainda uma “atividade material humana, transformadora do mundo e do próprio homem”. Uma atividade real e objetiva, mas ao mesmo tempo é consciente e subjetiva. Por isso, pressupõe a unidade entre teoria e prática. (Soares, 2022, p. 53).

Dessa forma, entendemos que os princípios da Educação Popular pautados até aqui, devem andar de mãos dadas ao Serviço Social, com destaque aos princípios de:

[...] uma educação de classe – exige uma consciência dos interesses das classes populares, histórica – depende do avanço das forças produtivas; política – que se conjuga com outras dimensões da luta global das classes populares; transformadora e libertadora – luta por mudanças qualitativas e reformas estruturais (reformas, e não reformistas); democrática – antiautoritária, antimassificadora, antielitista; relaciona a teoria com a prática; relaciona a educação com o trabalho; objetiva a realização de um poder popular (Wanderley, 1984, p. 105 *apud* Santos, 2012 p. 14).

Os moldes teórico-metodológicos da Educação Popular, baseados no pensamento de Paulo Freire, fundamenta-se na construção de uma abordagem educacional que prioriza a humanização, o diálogo e a participação ativa. Nesse contexto, ela deve ser vista como uma importante aliada ao Serviço Social. Através desse modelo de educação, é possível conceber novas formas de "educar para outros mundos possíveis, é educar para conscientizar, para desalienar, para desfetichizar" (Gadotti, 2016, p. 24). Segundo o autor (Gadotti, 2016, p. 24):

O fetichismo da ideologia neoliberal é o fetiche da lógica burguesa e capitalista que consegue solidificar-se a ponto de fazer crer que o mundo é naturalmente imutável. O fetichismo transforma as relações humanas em fenômenos estáticos, como se fossem impossíveis de serem modificadas. Fetichizados, somos incapazes de agir porque o fetiche rompe com a capacidade de fazer. Fetichizados apenas repetimos o já feito, o já dito, o que já existe.

Assim, ao reconhecer a necessidade de superar a ordem da sociedade vigente (capital), em prol da emancipação dos indivíduos, a Educação Popular se torna uma potente aliada para consolidar os princípios fundamentais do Código de Ética do Serviço Social (1993). Com destaque ao primeiro princípio fundamental do código ético da categoria de assistentes sociais, que enfatiza o "reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes - autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais" (CFESS, 1993, p. 23).

Nesse sentido, compreende-se, portanto, que a luta pela superação de uma atuação conservadora, bem como a luta para a superação do sistema capitalista é

pauta presente e necessária aos dias atuais no cenário acadêmico e profissional. Podemos afirmar que ao buscar romper com os laços conservadores de forma definitiva, o Serviço Social aliado a Educação Popular deve elaborar estratégias que favoreçam a construção de uma prática crítica, comprometida com a transformação da realidade social e que firme o compromisso com a classe trabalhadora, com grupos oprimidos, marginalizados, onde a questão é “deixar de ser objeto e passar a ser sujeito” (hooks, 2021 p. 75), fortalecendo o direito como sujeito de resistência, que definir sua realidade. (hooks, 2021).

A partir de tais reflexões entendemos que a Educação Popular é uma potente aliada para o fortalecimento do Projeto Ético Político Profissional contemporâneo do Serviço Social.

4.2 O PROJETO ÉTICO POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL CONTEMPORÂNEO E A EDUCAÇÃO POPULAR

A reflexão sobre projetos profissionais, devem incluir também uma reflexão sobre os projetos políticos e projetos societários e as contradições que permeiam a sociedade contemporânea. Teixeira e Braz (2009, p. 3) confirmam que, quer se trate de projetos individuais e/ou coletivos, numa sociedade marcada por divisões de classe é crucial considerar “o caráter político de toda e qualquer prática.” ou seja, nenhuma prática é neutra, tão pouco os projetos de sociedade e/ou projetos profissionais.

A construção de um projeto profissional vinculado a um ideal democrático, requer compromisso com as lutas sociais e interesses da classe trabalhadora. E essa construção não acontece de forma súbita, requer amadurecimento por parte de toda a categoria, conforme Bonin e Krüger (2015, p. 6),

Desde os anos de 1970 o Serviço Social brasileiro vem buscando construir um projeto profissional comprometido com os interesses da população trabalhadora, impulsionado pelas novas referências teóricas, políticas e éticas que emergiram no contexto da redemocratização do país. Em grande medida a alteração da base tradicional do Serviço Social ocorreu aproximadamente cinco décadas depois de a profissão ter sido institucionalizada no país. Desta forma, a aprovação do Código de Ética em 1986, busca romper com as características conservadoras, a partir da aproximação com a teoria marxista. Representando um grande avanço e propondo que o profissional de Serviço Social tenha um conhecimento

crítico da realidade política e social, além de condições de elaborar, gerir e decidir a respeito de políticas sociais e programas institucionais.

O processo de questionamentos iniciado com o Movimento de Reconceituação, contribui para consolidação do Projeto Ético Político do Serviço Social. Conforme Iamamoto e Santos (2021, p. 46-47 *apud* Soares, 2022, p. 79),

É o espírito da Reconceituação latino-americana, perante a maturação do debate e da pesquisa no Serviço Social em seus desdobramentos, que inspiram e dão suporte ao projeto ético-político do Serviço Social hegemônico no Brasil nas últimas décadas. Em outros termos, a orientação ético-política do Serviço Social brasileiro contemporâneo é herdeira da Reconceituação na América Latina e expressa sua superação no processo de construção coletiva de um novo Serviço Social.

Nesse sentido, entendemos que o Projeto Ético Político (PEP) do Serviço Social brasileiro, foi se desenvolvendo junto ao processo de amadurecimento da profissão. E nesse sentido o método de BH, configurou uma etapa fundamental para a construção desse novo projeto profissional. Como já citamos, este período contou com a influência de Paulo Freire e da Educação Popular, Soares (2022, 79-80) destaca considerações importantes:

Em termos técnico-operativos, Sousa, Cavalho e Vale (2018) apontam que a profissão buscou nesse período desenvolver uma prática com maior aproximação concreta das classes populares e buscava adotar metodologias mais sofisticadas, com instrumentos como: diário de campo, observação participante, reuniões com moradores e equipes, cujo objetivo era dar autonomia e buscar a transformação da sociedade através do protagonismo dos sujeitos. No que se refere à base ético-política, Duriguetto, Batistoni e Maia (2021, p. 58) apontam a influência de Freire no que denomina dimensão ideopolítica. Essa dimensão é composta por dois eixos centrais: consciência e processo de conscientização e o processo crítico libertário, pautados em elementos como conscientização, mobilização e organização popular. Na ação profissional essa dimensão “implica em escolhas, compromissos e lutas”, e atribui o papel de educador político e articulador das classes populares à profissão. E em termos teórico-metodológico, Sousa, Carvalho e Vale (2018) destacam que os pressupostos teórico-metodológicos do método de BH receberam influência da Educação Popular, que foi introduzida a partir das categorias de Freire, sobretudo, conscientização, participação e mobilização.

Soares (2022, p.81) aponta ainda que a incorporação das ideias do Método BH, não se limitou apenas ao nível conceitual, mas avançou na criação de uma base teórico-metodológica para a formação e prática profissional. Reforça ainda que,

“dado aos equívocos (ecletismo) profissionais, a profissão avança na busca de um redimensionamento e da materialização de um projeto profissional, no sentido de superar as fragmentações ou o superdimensionamento das dimensões profissionais”.

Soares (2022) ressalta que, o segundo momento de reestruturação profissional na década de 1970, marcado pela abertura política no Brasil, pelo III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais em 1979 (Congresso da Virada) e pelo aprofundamento no pensamento marxista com influência de Lukács e Gramsci, define uma reestruturação culminou nos,

[...] anos de 1990 a materialização do projeto ético-político profissional, expresso no Código de Ética de 1993, na Lei de Regulamentação da Profissão de 1993 e nas Diretrizes Curriculares de 1996, anunciando o comprometimento com a classe trabalhadora e a vinculação ao projeto de sociedade contra hegemônico. (Soares, 2022, p. 80).

As transformações ocorridas na sociedade brasileira e o acúmulo profissional das últimas décadas representaram um significativo avanço para a profissão e para a sociedade como um todo. No entanto, em meio ao retrocesso das políticas sociais, e ascensão dos governos neoliberais, torna-se de grande importância compreender as contradições e disputas que permeiam o Projeto Ético-Político do Serviço Social. Nesse sentido, “a materialização desse projeto na contemporaneidade pressupõe superar as três armadilhas apontadas por Iamamoto (2015): o tecnicismo, o militantismo e o tecnicismo.” (Soares, 2022, p. 80). Segundo a autora,

O tecnicismo é o domínio de uma perspectiva teórico-metodológica e a desvinculação da realidade concreta, do engajamento político e da dimensão técnico-operativa. Já o militantismo é expresso pela mera inserção política, desvinculada das demais dimensões. O militantismo embora impulse um potencial questionador, não acarreta diretamente uma competência profissional. E o tecnicismo é o enfoque isolado na técnica. Desvinculada das demais dimensões, a base técnico-operativa “é insuficiente para propiciar uma atuação profissional crítica e eficaz” (Iamamoto, 2015 *apud* Soares, 2022, p. 80)

No que tange, é preciso compreender o projeto profissional do Serviço Social como uma construção coletiva que engloba valores éticos, políticos com objetivo orientar e direcionar a profissão.

A seguir, examinaremos a relação entre os projetos profissionais e os projetos de sociedade, nesse contexto, tanto os projetos de sociedade quanto os projetos profissionais podem seguir uma abordagem transformadora ou conservadora e para tal é preciso estar atento.

4.2.1. Projetos Societários e o Projeto Ético-Político do Serviço Social: explorando o potencial da Educação Popular no fortalecimento do horizonte crítico

Seguindo a reflexão sobre a contribuição da educação popular na formação e atuação dos assistentes sociais, bem como no fortalecimento de seu Projeto Ético-Político Profissional, é essencial compreender que mesmo que a profissão na contemporaneidade atue com respaldo de teoria social crítica em favor da classe trabalhadora e na contramão das perspectivas conservadoras, ainda assim é importante refletir sobre os projetos societários e os projetos profissionais que estão em constante disputa. Tais projetos, não são estáticos ou imutáveis e, portanto, a necessidade de diálogo constante para seu fortalecimento na conjuntura atual. Nesse sentido, Teixeira e Braz (2009, p. 5), nos dizem que,

Os projetos societários podem ser, em linhas gerais, transformadores ou conservadores. Entre os transformadores, há várias posições que têm a ver com as formas (as estratégias) de transformação social. Assim, temos um pressuposto fundante do projeto ético-político: a sua relação ineliminável com os projetos de transformação ou de conservação da ordem social. Dessa forma, nosso projeto filia-se a um ou outro projeto de sociedade não se confundindo com ele.

Embora na atualidade, o Serviço Social tem seu “projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero.” (CFESS, 1993, p. 24), não podemos esquecer que nem sempre o projeto profissional do Serviço Social esteve voltado para a construção de uma nova ordem societária e de fato “ o processo de institucionalização do Serviço Social no Brasil na década 1930, recebeu as heranças históricas da Constituição do Estado, do pensamento conservador da elite e do pensamento doutrinário da Igreja”. (Iamamoto, 2000 *apud* Scheffer, 2016, p. 8).

Como discutido na seção anterior, a profissão iniciou um processo de desvinculação do discurso e das práticas que sustentavam o "status quo" da ordem social vigente, especialmente a partir dos movimentos de reconceitualização e do subsequente movimento de ruptura. Essa mudança levou a profissão a adotar, em seu Projeto Ético-Político, a defesa da transformação da sociedade em oposição aos interesses do capital.

Apesar dessa virada, é relevante notar, conforme Netto (2006 *apud* Soares, 2022, p. 81), que "a ruptura com o conservadorismo não eliminou completamente as tendências conservadoras e neoconservadoras". Em outras palavras, embora a profissão tenha se voltado para a promoção da transformação social, ainda persistem tendências conservadoras na sociedade, resultando em uma constante disputa, tanto na esfera social quanto no campo profissional.

Santos (2012, p. 2), confirma que,

O Serviço Social é uma das poucas profissões que, dentro do seu código de ética profissional, abarca uma série de princípios que apontam para a luta e superação do capitalismo, apresentando nos pressupostos do Projeto Ético-Político Profissional a ampliação e a consolidação da cidadania e, sobretudo, afirmando a necessidade da superação de uma sociedade dividida em classe. Embora o Serviço Social brasileiro não seja socialista, ainda que tenha um ideário voltado à ultrapassagem da sociedade burguesa.

Compreender a relevância do PEP para o Serviço Social implica em reconhecer que,

O projeto ético-político no Serviço Social tem como núcleo a liberdade como valor ético central, compromisso com a autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais, a defesa intransigente dos direitos humanos, bem como, a defesa radical da democracia e da cidadania. (Sgorlon; Suguihiro, 2017, p. 2).

De acordo com Teixeira e Braz (2009, p. 5), "ao atuarmos no movimento contraditório das classes, acabamos por imprimir uma direção social às nossas ações profissionais que favorecem a um ou a outro projeto societário". E nesse sentido cabe salientar que em todas as ações que os assistentes sociais realizam, desde as mais simples até as mais complexas, sua mediação profissional incorpora uma direção social e valores éticos específicos.

Segundo Netto (1999 *apud* Teixeira; Braz, 2009, p. 7), os compromissos do Projeto Ético-Político do Serviço Social,

Tem em seu núcleo o reconhecimento da liberdade como valor ético central – a liberdade concebida historicamente, como possibilidade de escolher entre alternativas concretas; daí um compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais. Consequentemente, o projeto profissional vincula-se a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem dominação e/ou exploração de classe, etnia e gênero.

Por conseguinte, a partir do que já discutimos até aqui podemos chegar a conclusão, assim como Netto (1999, p. 95 *apud* Teixeira; Braz, 2009, p. 8) que:

Os projetos profissionais inclusive o projeto ético político do Serviço Social apresentam a autoimagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam os seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, institucionais e práticos) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as balizas da sua relação com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais, privadas e públicas [...].

O Movimento de Reconceituação da profissão, contribuiu para consolidar a posição hegemônica do projeto ético-político no cenário do Serviço Social brasileiro, sendo importante ressaltar que “[...] em outros termos, a orientação ético-política do Serviço Social brasileiro contemporâneo é herdeira da Reconceituação na América Latina e expressa sua superação no processo de construção coletiva de um novo Serviço Social. (Iamamoto; Santos, 2021, p. 46-47 *apud* Soares, 2022, p. 78).

Teixeira e Braz (2009, p. 8) em um exercício de sistematização, identificam os elementos que constituem e que dão materialidade ao Projeto Ético Político do Serviço Social, destacando que:

a) o primeiro se relaciona com a explicitação de princípios e valores ético-políticos; b) o segundo se refere à matriz teórico-metodológica em que se ancora; c) o terceiro emana da crítica radical à ordem social vigente – a da sociedade do capital – que produz e reproduz a miséria ao mesmo tempo em que exhibe uma produção monumental de riquezas; d) o quarto se manifesta nas lutas e posicionamentos políticos acumulados pela categoria através de suas formas coletivas de organização política em aliança com os setores mais progressistas da sociedade brasileira.

Soares (2022, p. 82) reforça que “assim como a profissão está vinculada a um projeto de sociedade, a Educação Popular também tem vinculação a um. Este projeto é o do nadar contra a correnteza, ou seja, um projeto societário emancipador e não capitalista”. A autora retoma ainda que,

A história da consolidação da concepção de Educação Popular no Brasil, como procurou-se demonstrar, sempre esteve organicamente vinculada ao movimento concreto das forças políticas e culturais – as próprias classes populares, os agentes e as estruturas/organizações de mediação – empenhadas na construção das condições humanas imediatas para a elevação da qualidade de vida das classes subalternas e na construção de uma sociedade onde liberdade e igualdade fossem realidades cada vez mais concretas. Seu movimento, embora entranhado em contradições, sempre foi o de uma formação humana voltada para a emancipação das classes subalternas, conjugado com a utopia desejosa de instituir uma nova ordem. Construção de uma nova ordem que, embora nascesse do particular – classes subalternas –, se estendesse ao universal – construção de uma nova sociedade. (Paludo, 2001, p. 181 *apud* Soares, 2022 p. 82).

Soares (2022, p. 83) ressalta ainda que,

Embora a Educação Popular não seja citada na Lei de Regulamentação da profissão, nas Diretrizes Curriculares e no Código de Ética, podemos visualizar congruências, quanto aos princípios assumidos pela profissão na defesa da democracia, da participação, da liberdade, da autonomia e da emancipação; na defesa dos direitos humanos e do pluralismo; na recusa ao autoritarismo e as formas de preconceito; e na vinculação a um projeto societário contestador.

Soares (2022, p. 83) chama a atenção para o fato de que essas defesas são identificáveis nas ideias de Freire e relacionadas à Educação Popular, como aponta Paludo (2001 *apud* Soares, 2022, p. 83),

A Educação Popular possui engajamento teórico e prático em processos que buscam o aprofundamento da democracia, da emancipação das classes subalternizadas e da sua central participação, ou seja, é vinculada à construção de condições humanas que eleve a qualidade de vida das classes subalternizadas e à construção de uma sociedade livre e igualitária.

É nesse sentido que defendemos a pertinência dos estudos, diálogos e práticas de Educação Popular nos diversos espaços em que a profissão do Serviço Social se encontra. Monteiro (2018, *apud* Soares, 2022, p. 83), destaca a relevância desse debate ao afirmar que ele contribui significativamente para ampliar as

perspectivas de “desenvolver abordagens crítico-criativas junto à população atendida, além de enfrentar os desafios burocráticos que a profissão enfrenta”.

Monteiro (2018 *apud* Soares, 2022) aponta diversas possibilidades para concretizar os compromissos do projeto ético-político profissional em conjunto com a Educação Popular, dentre elas destacamos, a realização de atividades junto a organizações políticas, como frentes populares, sindicatos e associações. A realização de práticas e valorização de práticas no exercício profissional, com destaque a rodas de conversa, com o intuito de discutir temas pertinentes para a população atendida, considerando seus saberes e incentivando sua participação ativa no processo de construção coletiva. As possibilidades de atuação em programas/projetos de extensão e a realização de iniciativas e as atividades que com propostas que visam mobilizar e fortalecer sujeitos coletivos, contribuindo para o desenvolvimento crítico dos indivíduos envolvidos. (Monteiro, 2018 *apud* Soares, 2022).

Dessa forma compreendemos e concordamos que é preciso pensar e investir no debate e interlocução do Serviço Social aliado à Educação Popular, uma vez que o projeto ético político aponta para uma visão de sociedade que se opõem ao modo neoliberal e busca atender aos interesses das classes populares. Diante disso, lamamoto (2006) argumenta que pensar o projeto profissional do Serviço Social na atualidade requer “a articulação de uma dupla dimensão: do terreno sócio histórico e macro-societário que impõe limites e possibilidades à profissão; e as respostas profissionais de caráter ético-político, teórico-metodológico e técnico-operativo” (lamamoto, 2006 *apud* Soares, 2022, p. 84).

Assim concordamos com Soares (2022, p. 84) quando afirma que o diálogo da profissão com a educação popular “é possível e necessário, tendo em vista reafirmar os princípios defendidos pela profissão e a possibilidade de construir, junto às classes subalternizadas, metodologias criativas e propositivas que somem à luta da classe trabalhadora e o combate à onda conservadora que só avança. ”

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como vimos a partir desse estudo, a educação e a sociedade estão sempre em movimento, nesse sentido, o propósito deste trabalho de conclusão de curso não é esgotar o debate da intersecção entre a Educação Popular e do Serviço Social, tão pouco fornecer respostas definitivas. Contudo, busca incentivar assistentes sociais e demais interessados a aprofundar o diálogo, promovendo a exploração e debate sobre a relação que se estabelece entre essas duas temáticas.

Durante a pesquisa bibliográfica, identificamos que tanto no contexto histórico quanto na contemporaneidade, o tema da Educação Popular é de fundamental importância e relevância para o Serviço Social. Nesse processo de estudo compreendemos a forte influência que a Educação Popular e Paulo Freire exerceram no processo de luta pela democracia e valorização da cultura popular, bem como sua influência no processo de renovação do Serviço Social brasileiro.

A partir dos estudos, reafirmamos o comprometimento de Freire com a educação voltada à promoção da transformação social. Sua defesa por um método educativo intencional, que valoriza o saber popular e é capaz de fomentar práticas transformadoras. Sua intensa luta e militância pela democracia e promoção da cultura popular consolidaram seu legado, deixando uma marca significativa não apenas no Brasil, mas em toda a América Latina.

Conforme vimos, vários autores e estudiosos têm se dedicado a explorar a relação entre o Serviço Social e a Educação Popular. No entanto, como destaca Machado (2019), os estudos na área do Serviço Social sobre o tema ainda demonstram ser incipientes⁹. Dentre as produções teóricas analisadas, os autores abordam que a metodologia pedagógica defendida por Freire e os princípios da Educação Popular podem contribuir para o cotidiano do Serviço Social, bem como defendem o incentivo à conscientização, ao diálogo e à participação ativa das

⁹O Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Popular, Serviço Social e Movimentos Sociais em João Pessoa-PB, liderado por Aline Maria Batista Machado, realizou estudo minucioso sobre a produção teórica relacionada à temática da Educação Popular e do Serviço Social, concentrando-se no período compreendido entre os anos de 1980 e 2010. O grupo de pesquisa enfatiza que, dentre as 101 instituições de ensino superior, livrarias, sites e bibliotecas investigadas, foram identificadas apenas 60 produções brasileiras que abordam as duas temáticas no período de 1980-2010. Esse resultado é considerado limitado, levando em conta a extensão do período de pesquisa e o número de fontes consultadas (Machado *et al.*, 2019).

comunidades e indivíduos oprimidos na luta contra a hegemonia da classe dominante, alinhando-se assim com as propostas do Projeto Ético-Político Profissional da profissão.

Nesse contexto, chegamos à conclusão de que as contribuições da Educação Popular para a efetivação do Projeto Ético-Político do Serviço Social devem levar em consideração a dimensão socioeducativa da profissão. É fundamental resistir e opor-se a práticas que perpetuam abordagens conservadoras e bancárias em todos os ambientes nos quais os assistentes sociais atuam, ou seja, dentro e fora dos muros da academia.

Concluimos que é preciso promover o diálogo sobre este paradigma de educação que valoriza os saberes populares em conjunto com o conhecimento científico, com ênfase na importância do afeto, como possibilidade de fomentar uma educação crítica. E dessa forma contribuir para a criação de uma rede de diálogo que ultrapasse os limites da universidade, visando à produção do conhecimento de forma plural, solidificando a base para a constante evolução das práticas para a “liberdade” no campo do Serviço Social.

O diálogo entre essas duas categorias, Serviço Social e Educação Popular, possibilita o caminho para o desenvolvimento de práticas reflexivas, críticas e emancipatórias. Portanto, reafirmamos a necessidade de umas práxis pedagógica crítica e antirracista, que busca não apenas informar as pessoas ou capacitá-las, mas que possibilite as tornar agentes críticos e ativos em suas próprias realidades.

Durante o processo de pesquisa, identificamos diversos desafios, dentre os quais ressaltamos a imperativa necessidade de problematizar, abordar e ampliar os estudos e debates sobre a Educação Popular no âmbito acadêmico. Essa prática é necessária para que possamos transpor as lacunas presentes na formação e no cotidiano do exercício profissional. Dentre os desafios evidenciados, emerge também o avanço do conservadorismo, exigindo um esforço significativo para promover a discussão e o debate sobre a Educação Popular na formação profissional. Estes desafios incitam a busca por estratégias que confrontem não apenas o conservadorismo, mas as práticas de educação bancária.

Ressaltamos a importância de um compromisso constante por parte da academia, abrangendo as esferas de pesquisa, ensino e extensão, a fim de

possibilitar o desenvolvimento das práticas de Educação Popular tanto dentro quanto fora das instituições acadêmicas.

Para concluir, destaco que a finalização deste estudo representa um marco importante e de valioso aprendizado, tanto para minha vida pessoal quanto profissional. Durante a elaboração deste trabalho, revisei estudos e reflexões iniciadas desde a primeira graduação em Pedagogia, porém avancei em novas perspectivas. Agora, sob a lente do Serviço Social, percebo esta abordagem continua a dialogar de maneira consistente com a necessidade essencial de uma educação orientada para a prática da liberdade.

Com os estudos sobre Paulo Freire e a Educação Popular, foi possível compreender que estamos sempre em constante movimento de aprendizado, estamos sempre a ensinar e aprender, e que é preciso ter intencionalidade nas nossas práticas cotidianas. Nesse sentido foi possível compreender que o ensino e o aprendizado são construídos a partir de questionamentos, de reflexão, de diálogo, de conscientização, a educação é uma experiência contínua e mútua. Somente nessa perspectiva é possível alcançar para a práxis em nosso cotidiano, precisamos ir além do que está exposto, pois a construção do saber não é algo pronto e acabado, esse processo é dialético, está em movimento, permeado por contradições e ocorre de maneira gradual e contínua.

Dessa forma, ao pensar uma prática profissional alinhada com a educação crítica e libertadora requer levar em consideração a formação sócio histórica a qual estamos inseridos, o chão que pisamos, a realidade que atuamos, não desconectada da realidade e de questões referentes a raça, gênero, classe e talvez assim possamos superar as práticas conservadoras, a educação bancária e os demais desafios que estão postos na sociedade capitalista.

REFERÊNCIAS

ABEPSS. **No dia mundial da educação é preciso saber qual educação defender.** Brasília, DF, 28 abr. 2020. Disponível em:

https://www.abepss.org.br/noticias/wwwabepssorgbrdia_mundial_da_educacao-520. Acesso em: 10 jan. 2023.

ANDRADE, Ana Carolina Costa; ARAÚJO, Lívia Costa. Pontes epistêmicas em Nova Palestina: o saber universitário e os sabores do território e da escola sobre as raízes do mangue. *In*: TRANSPADINI, Roberta; ANDRADE, Ana Carolina Costa (org.).

Movimentações: a educação popular e a extensão universitária entre pontes e muros. Rio Grande: FURG, 2021, p. 39-77. Disponível em:

https://proex.ufes.br/sites/proex.ufes.br/files/field/anexo/ebook_movimentacoes-compressed.pdf. Acesso em 10 de janeiro de 2023.

ALMEIDA, Sílvio Luiz de. **Racismo estrutural.** São Paulo: Jandaíra, 2021.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues; ASSUMPÇÃO, Raiane. **Cultura rebelde**: escritos sobre a educação popular ontem e agora. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2009.

Disponível em: <https://acervo.paulofreire.org/handle/7891/82>. Acesso em: 17 jan. 2023.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é a Educação.** São Paulo: Brasiliense, 2013. BRASIL. [Constituição (1988)].

Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Presidência da República, [2023]. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 12 dez. 2022.

BENTO, Cida. **O pacto da Branquitude.** São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BRIGHENTE, Miriam Furlan; PERI, Mesquida. Paulo Freire: da denúncia da educação bancária ao anúncio de uma pedagogia libertadora. **Pro-Posições**, v. 27, n. 1, p. 155-177, jan./abr. 2016. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/pp/a/kBxPw6PW5kxtgJBfWMBXPhy/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 21 dez. 2022.

BONIN, Silvana; KRÜGER, Tânia Regina. Planejamento e Serviço Social.

Sociedade em Debate, v. 2, n. 21, p. 63-83, maio 2015. Disponível em:

<http://revistas.ucpel.tche.br/index.php/rsd/article/view/1216>. Acesso em: 24 ago 2023.

BOSCHETTI, Ivanete. Agudização da barbárie e desafios ao Serviço Social.

Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n. 128, p. 54-71, jan./abr. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/LPjQQGPrijNGJ6ZnCsKmn3wx/?format=pdf>.

Acesso em: 24 ago. 2023.

CARDOSO, Priscila Fernanda Gonçalves. Ética e formação profissional em Serviço Social: do conservadorismo à emancipação. **Katálysis**, Florianópolis, v. 20, n. 3, p. 325-334, set./dez. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/1982-02592017v20n3p325/35084> Acesso em: 24 ago. 2023.

CFESS. **Código de ética do/a assistente social - lei 8.662/93 de regulamentação da profissão**. 10 ed. Brasília DF: Conselho Federal de Serviço Social, 1997. Disponível em: https://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf. Acesso em: 21 dez. 2022.

CFESS. **Assistentes sociais no combate ao racismo**: profissionais lançam frente nacional. Brasília, DF, 23 dez. 2020. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1778>. Acesso em: 21 dez. 2022.

OLIVEIRA, Lucia Conde de; VIEIRA, Sâmia Barros; SOUSA, Hevelanya Albano de; NOGUEIRA, Maria Sônia Lima; BRITO, Célia Maria Machado de; FERNANDES, Isabelle Rocha. Diálogos entre Serviço Social e Educação Popular: reflexão baseada em uma experiência científico-popular. **Serviço Social & Sociedade**, n. 114, p. 381–397, abr./jun. 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-66282013000200010>. Acesso em: 24 ago. 2023.

DIAS, Sabrina dos Santos. Serviço Social e movimentos sociais: desafios em tempos de recrudescimento do conservadorismo. *In*: FARAGE, Eblin; HELFREICH, Francine (org.). **Serviço Social, favelas e educação popular**: diálogos necessários em tempos de crise do capital. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020, p. 179-195. Disponível em: https://issuu.com/navegandopublicacoes/docs/livro_diagramado. Acesso em: 26 fev. 2023.

Domingues, Petrônio. Um "templo de luz": Frente Negra Brasileira (1931-1937) e a questão da educação. **Revista Brasileira de Educação**, v. 13, n. 39, p. 517–534, set. 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782008000300008>. Acesso em: 26 fev. 2023.

EDUCA IBGE. **Conheça o Brasil**: população educação. 2019. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18317-educacao.html>. Acesso em: 30 jan. 2023.

FARAGE, Eblin; HELFREICH, Francine. **Serviço Social, favelas e educação popular**: diálogos necessários em tempos de crise do capital. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020. Disponível em: https://issuu.com/navegandopublicacoes/docs/livro_diagramado. Acesso em: 26 fev. 2023.

FREIRE, Paulo. A educação é um ato político. **Caderno de Ciências**, jul./set. 1991, p. 20-23. Disponível em:

<https://acervoapi.paulofreire.org/server/api/core/bitstreams/2597a236-d4f0-4b26-a241-82d8ef5bf865/content>. Acesso em: 9 dez. 2022.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967. Disponível em: gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/otp/livros/educacao_pratica_liberdade.pdf. Acesso em: 9 dez. 2022.

GADOTTI, Moacir. Perspectivas atuais da educação. **São Paulo em Perspectiva**, v. 14, n. 2, p. 3-11, 2000. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/2010/Pedagogia/aperspectatuaised.pdf. Acesso em: 3 jan. 2023.

GADOTTI, Moacir. Educação popular e educação ao longo da vida. **Instituto Paulo Freire**, p. 1-10, 2016. Disponível em: <http://acervo.paulofreire.org:8080/xmlui/handle/7891/10020>. Acesso em: 3 jan. 2023.

GADOTTI, Moacir. **Por uma política nacional de educação popular de jovens e adultos**. São Paulo: Moderna: Fundação Santillana, 2014. Disponível em: https://www.fundacaosantillana.org.br/wp-content/uploads/2019/12/49_PNEpopularjovens.pdf. Acesso em: 6 jul. 2023.

GADOTTI, Moacir. Paulo Freire e a educação popular. **Proposta**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 113, p. 21-27, jul./set. 2007. <https://acervo.paulofreire.org/handle/7891/2886>.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da Liberdade**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2021.

HOOKS, bell. **Ensinando o pensamento crítico: sabedoria prática**. São Paulo: Ed. Elefante, 2020.

IBGE. **PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**. 2023. Disponível em: ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9127-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios.html?=&t=o-que-e. Acesso em: 11 mar. 2023.

MACHADO, Aline Maria Batista. Serviço Social e educação popular: diálogos possíveis a partir de uma perspectiva crítica. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 109, p. 151-178, jan./mar. 2012. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1zw-vupueNooG4QfaKC6JTJHByvz4OqkV/view?usp=sharing>. Acesso em: 19 dez. 2022.

MACHADO, Aline Maria Batista; SILVA, Andrêsa Melo da; TOLENTINO, Graziela Mônica Pereira. Paulo Freire e a educação popular na história do Serviço Social brasileiro (1980-2010). **Serviço Social & Sociedade**, n. 134, p. 70–87, jan. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.166>. Acesso: 19 dez. 2022.

NERY, Carmen. Extrema pobreza atinge 13,5 milhões de pessoas e chega ao maior nível em 7 anos. **Agência IBGE**, Rio de Janeiro, 6 nov. 2019. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/25882-extrema-pobreza-atinge-13-5-milhoes-de-pessoas-e-chega-ao-maior-nivel-em-7-anos>. Acesso em: 19 dez. 2022.

PEREIRA, Maria Alice; SARMENTO, Hélder Boska de Moraes. **Educação permanente e Serviço Social**: uma aproximação com as pesquisas na área e a política de educação permanente do conjunto CFESS-CRESS. 2022. *In*: SEMINÁRIO NACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL – SENASS, 4., 2022, Florianópolis. Anais eletrônicos [...]. Florianópolis: UFSC, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/242258/1340.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 19 dez. 2022.

PREFEITURA DE SÃO PAULO. **Caderno de Formação**: educação popular e direitos humanos. [2013?] Disponível em: paulofreire.org/images/pdfs/livros/Cadernos_Formacao_Educacao_Popular.pdf. Acesso em: 19 set. 2023.

RAMOS, Sâmya Rodrigues; BEHRING, Elaine, Rossetti. A hegemonia do Projeto Ético-Político Profissional: limites e possibilidades históricas. *In*: ENCONTRO NACIONAL CFESS/CRESS, 37, 2008, Brasília, DF. **Anais eletrônicos** [...]. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social. 2009. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/Anais_CFESS_CRESS_2008.pdf. Acesso em: 4 ago. 2023.

REIS, Marilise Luiza Martins dos. **Sociologia da educação**: caderno didático. Florianópolis: UDESC, CEAD, 2011.

SANTOS, Francine Helfreich Coutinho dos. Serviço Social e educação: a educação popular e o exercício profissional do assistente social. **Revista Libertas**, v. 12 n. 2, p. 1-23, ago./dez. 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/download/18243/9491/76321>. Acesso em: 4 ago. 2023.

SANTOS, Adelcio Machado dos; GONÇALVES, Sonia de Fátima. Introdução à abordagem histórico educacional. **Professare**, v. 1, n. 1, p. 67–84. Disponível em: <https://doi.org/10.33362/professare.v1i1.18>. Acesso em: 4 ago. 2023.

SCHEFFER, Graziela. Serviço Social e Dona Ivone Lara: o lado negro e laico da nossa história profissional. **Serviço Social & Sociedade**, n. 127, p. 476–495, set. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.081>. Acesso em: 4 ago. 2023.

SOUSA, José Raul de; SANTOS, Simone Cabral Marinho dos. Análise de conteúdo em pesquisa qualitativa: modo de pensar e de fazer. **Pesquisa e Debate em Educação**, Juiz de Fora, v. 10, n. 2, p. 1396-1416, jul./dez. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.34019/2237-9444.2020.v10.31559>. Acesso em: 4 ago 2023.

SOUZA, Cristiane Sabino de Souza; TRASPADINI, Roberta. A Educação Popular e as radicalidades históricas na América Latina”. In: FARAGE, Eblin; HELFREICH, Francine (org.). **Serviço Social, favelas e educação popular**: diálogos necessários em tempos de crise do capital. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020, p. 97-128. Disponível em: https://issuu.com/navegandopublicacoes/docs/livro_diagramado. Acesso em: 26 fev. 2023.

SOUZA, Cristiane Sabino de Souza; TELES, Heloisa. Pressupostos para uma análise histórico-estrutural da Questão Social no Brasil. **Temporalis**, v. 21, n. 42, p. 44-61, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.22422/temporalis.2021v21n42p44-61>. Acesso em: 6 nov. 2023.

SGORLON, Claudiana Tavares da Silva; SUGUIHIRO, Vera Lucia Tieko. **Projeto Ético-Político do Serviço Social e seus rebatimentos na profissão**. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL – SENASS, 2, 2017, Florianópolis. Anais eletrônicos [...]. Florianópolis: UFSC, 2017. Disponível em: repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/180073/101_00267.pdf?sequence=1#:~:text=O%20projeto%20%C3%A9tico%2Dpol%C3%ADtico%20no,da%20democracia%20e%20da%20cidadania. Acesso em: 24 set. 2023.

SOARES, Vanessa Santana. **O debate da educação popular na revista Serviço Social & Sociedade (1979-2021)**. 2022. Dissertação (Mestrado em Serviço Social – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, Paraíba, 2022. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/25265/1/VanessaSantanaSoares_Dissert.pdf. Acesso em: 24 set. 2023.

TRASPADINI, Roberta. Ana Carolina Costa Andrade (org.). **Movimentações**: a educação popular e a extensão universitária entre pontes e muros. Rio Grande: FURG, 2021. Disponível em: proex.ufes.br/sites/proex.ufes.br/files/field/anexo/ebook_movimentacoes-compressed.pdf. Acesso em: 8 ago. 2023.

TEIXEIRA. Joaquina Barata, BRAZ, Marcelo. O projeto ético político do Serviço Social. In: CFESS (org.). **Serviço Social - Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília, DF: Conselho Federal de Serviço Social, 2009. Disponível em: abepss.org.br/arquivos/anexos/teixeira-joaquina-barata_-braz-marcelo-201608060407431902860.pdf. Acesso em: 13 abr. 2023.

UNGLAUB, Tânia Regina da Rocha. CUBAS, Carolina Jaques. **História da Educação**: caderno didático. Florianópolis: UDESC, CEAD, 2011.

VARGAS, Tatiane Moreira de. **Serviço Social e educação popular**: caminhos que se cruzam na direção de processos emancipatórios. 2014. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do

Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014. Disponível em:
<https://tede2.pucrs.br/tede2/bitstream/tede/5931/2/467548%20-%20Texto%20Completo.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2023.

VIANA, Beatriz Borges. CARNEIRO, Kássia Karise Carvalho; GONÇALVES Claudenora Fonseca. **O movimento de reconceituação do Serviço Social e seu reflexo no exercício profissional na contemporaneidade**. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL – SENASS, 2015, Florianópolis. Anais eletrônicos [...]. Florianópolis: UFSC, 2015. Disponível em: seminarioservicosocial2017.ufsc.br/files/2017/05/Eixo_2_139.pdf. Acesso em: 27 set. 2022.